



Índice

- 01 [Esquadrão transporta alimentos e material escolar para aldeia indígena](#)
- 02 [Indígena tem direito ao salário-maternidade reconhecido](#)
- 03 [Museu Théo Brandão promove debates sobre questão indígena](#)
- 04 [Índios cercam carro com 16 mil carteiras de cigarro e chamam polícia](#)
- 05 [O Exército de Pinus, por Elaine Tavares](#)
- 06 [Projeto Missões na Escola é lançado no município de Santo Ângelo](#)
- 07 [Lançamento da campanha Índio é Nós em São Paulo \(transmitido ao vivo\)](#)
- 08 [Contrato de R\\$ 34 milhões da Saúde é alvo da CGU](#)
- 09 [Como surgiam os quilombolos e quilombolas](#)
- 10 [Ação possibilitará inserção de famílias indígenas do Maranhão no Cadastro Único](#)
- 11 [Felipe Milanez: A ditadura e os povos indígenas mortos da nação](#)
- 12 [Sobre a falta de consideração com os direitos de Povos Indígenas no Brasil](#)
- 13 [Os Ofaié, a Comissão da Verdade e a Esperança](#)
- 14 [Carta de Luziânia, convocação para organização e Luta](#)
- 15 [Mais um ataque de pistoleiros contra a comunidade de Pyelito Kue](#)
- 16 [Milagres dispensados](#)
- 17 [Manifesto-Declaração do Movimento Xingu Vivo Para Sempre: Quando os rios nos](#)



ensinam a desconhecer fronteiras e continuar lutando

- 18** Profissionais Indígenas de Saúde são reconhecidos no DSEI Leste de Roraima
- 19** O Santo do Pau Oco, por José Ribamar Bessa Freire
- 20** Mesmo reconhecido, Cafundó tem muitas dificuldades
- 21** Time Indígena Gavião Kyikatejê é Rebaixado No Campeonato Paraense
- 22** Bom Dia Amazônia: indígenas de RR realizam festival de artesanato
- 23** Índios Karitianas protestam contra IML de Porto Velho
- 24** Caarapó divulga calendário esportivo de 2014
- 25** Violação dos direitos indígenas
- 26** Curso de formação para professores indígenas deve iniciar em julho
- 27** Francisco convida Ervin Kräutler, bispo do Xingu, como colaborador na elaboração da encíclica sobre ecologia
- 28** Na falta de estrutura, Guta Assirati, presidente interina, tenta suprir com simpatia o esvaziamento da Funai
- 29** Hánaiti Ho' Únevo Têrenoe: Grande Assembleia do Povo Terena, de 7 a 10 de maio
- 30** Degradação do Rio Jequitinhonha sufoca comunidades e mata costumes



Esquadrão transporta alimentos e material escolar para aldeia indígena

SÍTIO PORTAL BRASIL, 04.04.2014

Ao todo, foram duas toneladas transportadas para área isolada, que estão sem acesso por rodovias ou vias fluviais

O Sétimo Esquadrão de Transporte Aéreo (7º ETA), ou Esquadrão Cobra, finaliza nesta sexta-feira (4) missão que leva alimentos, material escolar e professores indígenas, que estavam fazendo curso de capacitação na capital Boa Vista, nas aeronaves da unidade para a comunidade indígena Ingarikó, em Raposa Serra do Sol (RO).

A bordo da aeronave C-98 Caravan os pilotos do Esquadrão Cobra já transportaram duas toneladas de carga para o local para apoiar os moradores. A comunidade é considerada bastante isolada e os indígenas não têm acesso por rodovias e nem por vias fluviais.

“É muito gratificante participar dessa missão que o 7º ETA realiza em Raposa Serra do Sol. Através dela, a Força Aérea consegue colaborar significativamente para a educação desses povos tão carentes e isolados, levando um pouco de dignidade e esperança para esses brasileiros”, disse o Tenente Aviador Leandro Soriano Evangelista.

Fonte:
Força Aérea Brasileira



Indígena tem direito ao salário-maternidade reconhecido

SÍTIO ÂMBITO JURÍDICO, 04.04.2014

Desde 2012, ano do nascimento de seu filho, a assistida G.K.O.T., pertencente à comunidade Indígena Kaingang, busca o reconhecimento de seu direito ao benefício previdenciário salário-maternidade, inicialmente negado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Com o auxílio da Defensoria, o processo dela transitou em julgado em fevereiro de 2014 e ela aguarda, agora, o efetivo pagamento.

Em 22 de outubro de 2012, a assistida procurou a Defensoria Pública da União (DPU) em Porto Alegre, pois seu pedido de auxílio-maternidade fora negado administrativamente pelo INSS. O instituto alegou a não comprovação de atividade que a enquadrasse como segurada, bem como idade inferior à prevista pela Constituição Federal para o exercício de atividade laborativa – a assistida tinha então 15 anos e a idade mínima estabelecida é a de 16.

“Foi comprovado fartamente no processo que a autora era segurada obrigatória do INSS, uma vez que desenvolvia atividade rural e artesanato junto à comunidade indígena Kaingang, em Porto Alegre, em regime de economia familiar. Após a comprovação, foi determinada a concessão do benefício pleiteado a ser pago de uma só vez por meio de requisição de pequeno valor”, explica o defensor responsável pelo processo, titular do 1º Ofício Previdenciário, Rafael Fiolic Alvarez.

Em relação à idade da assistida, o defensor cita a decisão proferida pela juíza federal Ana Inés Algorta Latorre, da 12ª Vara Federal. “Em que pese o artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, que veda o trabalho do menor de 16 anos, é consabido que na comunidade indígena é culturalmente aceito que crianças e adolescentes auxiliem na produção de alimentos e artesanato, impedindo a observância da norma ante a necessidade de sobrevivência do grupo. Assim, não se pode penalizar o cidadão alijado do sistema com o fundamento de que a negativa do direito decorre, exatamente, do fato de ele não conseguir cumprir a norma que o protege, ante a necessidade premente de manter-se”.



Boletim de Notícias - Edição nº 63./ 2014

Brasília, 07 de abril de 2014.

Museu Théo Brandão promove debates sobre questão indígena

SÍTIO AQUI ACONTECE/AL, 05.04.2014

Em sua quarta edição, o projeto Abril Indígena será promovido pelo Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore (MTB), com o ciclo de debates Identidade, educação e memória. A programação vai acontecer nas tardes dos próximos dias 9 e 10, das 14h às 18h. O Abril Indígena é coordenado pelos antropólogos e professores do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade Federal de Alagoas, Claudia Mura e Siloé Amorim.

De acordo com o diretor do Museu, Wagner Chaves, o evento tem como objetivo criar um espaço de diálogo e interação com os povos indígenas. "Pretendemos dar visibilidade às questões, lutas e mobilizações dessas populações nas áreas da saúde, educação, memória e direitos territoriais", completou.

Os expositores do primeiro dia da programação vão tratar de questões indígenas relacionadas à educação, como é o caso da palestra A construção do currículo na Escola Indígena, da expositora Allyne Rios.

No segundo dia, a temática das palestras vai percorrer assuntos variados sobre a identidade e a memória indígena. Os temas abordam desde a alimentação até as formas de jogos e recreações como concepção e afirmação da identidade étnica.

O evento é gratuito e aberto ao público em geral. Não é necessário fazer inscrição. A programação completa está disponível no arquivo em anexo. Mais informações pelos telefones 3214-1710/1715.

por Ascom - Ufal



Índios cercam carro com 16 mil carteiras de cigarro e chamam polícia

SÍTIO G1, 05.04.2014

*Caso ocorreu na sexta (4), em Nova Laranjeiras, na região central do PR.
Motorista de 20 anos fugia da polícia e tentou se esconder em aldeia.*

A Polícia Militar (PM) de Nova Laranjeiras, na região central do Paraná, apreendeu 16 mil carteiras de cigarro contrabandeadas em uma aldeia indígena na sexta-feira (4). O motorista estava sendo perseguido pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) quando entrou no local para tentar despistar os policiais.

Entretanto, depois de quase atropelar alguns índios, o carro foi cercado pelos indígenas. Eles ligaram para a PM, e o rapaz de 20 anos foi preso.

O motorista informou à polícia que levaria a mercadoria de Foz do Iguaçu, no oeste do Paraná, para Laranjeiras do sul, na região central do estado. Segundo a PM, as placas do carro eram clonadas. A mercadoria apreendida foi encaminhada para a Polícia Federal de Guarapuava, também na região central do estado.



O Exército de Pinus, por Elaine Tavares
SÍTIO PALAVRAS INSURGENTES, 05.04.2014

Já é noite fechada quando o carro passa velozmente pela cidade de Lages rumo à região do Contestado, em Santa Catarina. A lua cheia no céu é puro esplendor. A luz é tanta que ilumina campos e matas, construindo sombras fantasmagóricas. De repente, no meio da escuridão surge outra luminosidade, uma espécie de nave-mãe, encravada no meio do verde. Com ela, um cheio ruim, uma náusea.

- O que é aquilo?

- É a Klabin. A fábrica de papel. Parece uma ferida na mata, né? – Ninguém diz nada, prisioneiros daquela cena bizarra.

O carro segue em direção à Caçador. As sombras continuam a se delinear no horizonte. Ao longe julgo ver uma fileira de gente andando, muita gente. Penso em João Maria, o monge, conduzindo seu povo rumo à mítica Taquaruçu, a cidade santa do Contestado. O velho que enfrentou o exército, o medo, a dor e empurrou as gentes à luta contra a estrada de ferro inglesa que cortava Santa Catarina e lhe levava as terras, tornando o povo escravo em seu próprio lugar. João Maria e sua gente combateram o invasor. Foram até o fim e hoje são estrelas fulgurantes da história deste chão, estudados na escola e reverenciados por todos aqueles que buscam liberdade. Apertei os olhos para ver. Mas não era ele. A fileira que eu via, mal iluminada pela lua cheia, era feita de pinus elliotis, milhares, milhões. Não eram gentes em busca de vida digna. Era um novo invasor.

1910

No México começa a revolução. Os índios, os camponeses, as gentes “de abajo” reclamam terra e liberdade. Armam-se até os dentes e, com Zapata e Villa, passam a escrever uma das mais belas páginas da história popular. No Brasil, o povo silencia diante do avanço do cavalo de ferro. Em todo território abrem-se as veredas para a passagem do trem. No comando, as empresas estrangeiras, como sempre, a maioria inglesas. Em Santa Catarina não é diferente. A Brazil Railway Company (é, assim mesmo, em inglês) termina de rasgar o solo do estado. Vai trazer o progresso, dizem. O dono é um estadunidense chamado Percival Farquhar, que decidiu fazer fortuna com as ferrovias criando uma empresa em 1906 e, nestes dias, já domina praticamente tudo ao sul do mundo. O trecho que atravessa Santa Catarina, entre São Paulo e Rio Grande, está terminado e agora vem a melhor hora para o empresário do norte. Ele vai abocanhar mais de seis mil e seiscentos quilômetros quadrados de terra ao longo da ferrovia. O propósito é “enricar” com a madeira. É o acordo. Já os trabalhadores, em número de quatro mil, que penaram na obra, são demitidos sem que se cumpra a promessa de dar dinheiro para a volta a casa. Por isso, são eles que vão engrossar o exército de miseráveis que se forma com a expulsão dos camponeses das terras que agora são do “americano”. É a primeira florada do que mais tarde será conhecido como o Exército Encantado de São Sebastião.

CONT.



2008

O olhar enviesado e o tique nervoso no canto da boca dão conta de que o homem está incomodado. Ele ouve a mulher falar sobre os males do pinus e mexe a cabeça silenciosamente num gesto de negativa. Depois, mais tarde, numa conversa reservada, enquanto os demais parceiros estão no almoço, arrisca um debate. "A moça não sabe o que é viver de produção. Uma hora é a chuva, ou o sol demais, os riscos de perder tudo estão aí, a toda hora. Depois, ainda que a coisa dê, pode ser que o preço fique lá embaixo e a gente está sempre no vermelho. Com o pinus não, é favas contadas. A empresa paga, e pronto. Dê o que der. Pra quê melhor?" inquire, sério. O agricultor do meio-oeste catarinense diz o que quase todos os plantadores de pinus têm na ponta da língua. Esta é uma produção segura, sem muito risco. A árvore não exige muito e o retorno é garantido. Para quê então arriscar plantando feijão, trigo, mandioca ou qualquer outra cultura que exige demais dos camponeses e ainda pode levar à falência? Falar de cuidados com o meio ambiente provoca o riso. Boa parte não acredita nesse discurso de que as mudanças climáticas tenham a ver com o que se faz com a terra. "Antigamente os nossos avós cuidavam da terra, e o quê eles tinham?" – Este é o argumento. Os pequenos proprietários do meio-oeste estão enredados até a medula na armadilha do sistema capitalista. Vida simples e natural? Qual nada. Melhor é o microondas e o freezer. Hoje, nas cidades que formam a região de Lages, falar mal do pinus é puxar briga. Os que estão conveniados com as grandes fábricas de papel ou as madeireiras não querem nem ouvir falar de outro tipo de exploração da terra. E se alguém insiste, corre o risco de ser cuspidado e até apedrejado.

1500

As caravelas de Cabral se aproximam da costa. Está descoberto o paraíso. Na carta enviada ao rei, vai a semente do grande mal extrativista que daria à colonização destas terras uma marca indelével. "Esta terra, Senhor, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas de costa. Traz ao longo do mar em algumas partes grandes barreiras, umas vermelhas, e outras brancas; e a terra de cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta é toda praia... muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande; porque a estender olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos... Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem!" Desde aí, cortar madeira passa a ser coisa normal por aqui. Todo o pau-brasil vai sendo levado embora e séculos mais tarde, para se ver um pezinho, só em viveiros de abnegados que se dedicaram a salvar o que fora uma grande riqueza. Por outro lado, nos castelos e igrejas de Portugal e Espanha lá está a madeira cor-de-rosa a denunciar, com beleza, o roubo.

1776

Andam pela região (hoje Lages) turbas de castelhanos. É um tempo de fixação de fronteiras. Os tropeiros que vêm de São Paulo para o sul dão notícias de que a bandidagem está comendo solta por ali. Então, o governador de São Paulo decide fixar naquela região um povoado. Quem vem é Correia Pinto, um bandeirante acostumado na batalha contra os índios. Vai dar conta dos castelhanos e da "bugrada". Ele monta uma vila, bem próxima ao rio Canoas. A terra é boa e as araucárias que vicejam por ali prometem grandes lucros. A madeira é de primeira.

1925

CONT.



Pelas estradas poeirentas de Lages, Correia Pinto, Lebon Régis, enfim, por todo o meio oeste, circulam, gordos, os caminhões. A Guerra do Contestado já caiu no esquecimento, afinal, quem se importaria com meia dúzia de “fanáticos?” O trem de ferro que causara tanta dor agora é a anunciação do progresso. As gentes que por ali vivem têm uma riqueza bem à mão: a floresta. O pinho é madeira nobre, retorno garantido. Basta um machado, força no braço e um caminhão. A boca do monstro tem nome estrangeiro. É a serraria Southern Brazil Lumber Co. Sem que isso seja coincidência, o dono da empresa de nome inglês é o mesmo da ferrovia que foi o estopim da luta camponesa naquelas terras, o estadunidense Percival Farquhar. Lá dentro a lei é a dos Estados Unidos, pistoleiros vigiam os empregados e só o 4 de julho é dia de festa. A serraria, que foi a maior de toda América Latina, ocupando mais de 60 hectares, devastou a região desde 1913. A madeira abasteceu o mercado estadunidense e sugou a riqueza do meio oeste. Como é de praxe, quando a empresa faliu, em 1938, foi estatizada pelo governo de Getúlio Vargas. Mas, o ciclo do pinho já tinha feito o estrago. Em São Paulo, sem nem saber de Farquhar, a empresa da família Klabin começa a se destacar no ramo papeleiro.

1960

A empresa nascida do sonho do Mauricio Klabin estende seus tentáculos para o sul do país. Já tinha fincado raízes no Paraná e agora é a vez de Santa Catarina. Para isso, precisa “profissionalizar” seu fazer, então, se junta a duas empresas estrangeiras, ambas estadunidenses: a Adela Investment Co. SA e a International Finance Corporation – IFC – financeira do Banco Mundial. No ano seguinte abre a Papel e Celulose Catarinense Ltda, que só vai operar a partir de 1969, na cidade de Lages. O som do machado começa a vibrar com força outra vez no meio oeste. Quase sem pinheiros – consumidos na febre da Lumber – a saída encontrada será típica da selvageria capitalista, ou seja, o que der mais lucro em pouco tempo. O povo da região de Lages esquece o feijão, a mandioca e começa a plantar árvore, pinus e eucalipto, afinal não é o verde que os eco-chatos querem?

2008

O biólogo Ademir Reis, professor na Universidade Federal de Santa Catarina, diz que muito do que se diz sobre os males do pinus é blefe. “Ele não estraga a água e não espanta passarinho. O verdadeiro problema não é o pinus, são as pessoas”. Segundo o biólogo, toda e qualquer plantação cobra sua fatura da terra, seja a soja, o arroz ou o pinus. O que se necessita é adequar a produção a uma forma sustentada, de respeito ao meio ambiente. Sobre o argumento de que o pinus chupa a água de onde está, Ademir argumenta: “toda a árvore puxa água. Na Amazônia, a floresta suga 30% da água que sobe e volta”. O único problema que ele reconhece é o da condição de invasor. “Realmente as sementes de pinus voam a grandes distâncias, elas fogem do espaço plantado e vão ocupando novos territórios. Isso tem que ser cuidado. No demais, ele até protege a terra da erosão. Há que respeitar as beiras de rio e os topos de morro”. Para o professor, as empresas catarinenses que trabalham com o pinus são responsáveis e têm certificação internacional. “Já no que diz respeito a ser uma monocultura, é certo que é ruim. A produção deveria ser diversificada”
pinus quati gralha

2007

Nas escolas da cidade de Fraiburgo começa a circular uma singela cartilha que leva o nome de: O quati, a gralha e o pinus – como enriquecer preservando a natureza. A idéia é educar as

CONT.



crianças, filhas de agricultores, para as vantagens dos pais plantarem a invasora. O trabalho se utiliza do que há de mais simbólico na região, os dois animaizinhos silvestres. A gralha, inclusive, é a sementeira da araucária, o que torna a cartilha algo grotesco. No documento em forma de gibi, a gralha e o quati vão dizendo o quanto o pinus vai trazer trabalho. "Se o pinus nasce na montanha, porque os trabalhadores estão parados?" pergunta o quati, aludindo a vantagem de se ocupar os morros. Diz a gralha: "O pinus ajuda o governo através do imposto e o governo depois dá ao povo saúde, educação, lazer e segurança". E acrescenta: "As árvores protegem as margens dos rios e os animais. Melhora a qualidade do solo, limpa a atmosfera e deixa as águas limpinhas, além de gerar muito emprego". Isso é claro, revestido da idéia principal que é de se ficar rico com esta plantação. Finaliza, alegre, o quati: "mas então vamos erguer um monumento ao pinus em todas as cidades". O documento distribuído tem a coordenação de um conhecido empresário da área de maçã da cidade, Willy Frey, com a colaboração do Projeto Renda Crescente.

2008

O agrônomo Eros Mussoli não considera "blefe" os males da árvore que hoje invade o Estado. Ele conhece bem a região de pinus que se formou no Rio Vermelho, em Florianópolis, e garante que a árvore solta uma espécie de resina que destrói a vida da terra. "Nada se cria sob o pinus, acaba com a vida orgânica. Ali no Rio Vermelho onde cai a palha não nasce nada. Não precisa ser estudioso para ver". Pescadores que vivem na Lagoa da Conceição também concordam e denunciam que em dias de chuva, a resina escorre para a lagoa, matando peixes, siris e camarões. Eros considera que a característica do pinus, com suas sementes voadoras, contribui para a formação de grandes desastres ambientais. "É como uma endemia. Lá no parque do Tabuleiro, que é uma região super protegida, já tem pinus. Eles vão tomando conta e quem protesta e quer discutir a questão é logo marcado como um anti-progressista". Não é à toa que na cidade de Lages já se pode observar, instigada por conhecidos políticos locais, uma sistemática caça aos que eles chamam de eco-chatos.

2009

Mas os dias do pinus podem estar contados em Santa Catarina. E sua "morte" não terá nada a ver com as lutas contra suas características destrutivas ao meio ambiente. Será simplesmente pelo novo gosto dos europeus, como bem convêm ao sistema capitalista. Diz o professor da UFSC, Ademir Reis, que na Europa as pessoas não querem mais saber de móveis descartáveis. Há um retorno à idéia de durabilidade da madeira e estes novos hábitos já repercutem, por exemplo, em Rio Negrinho e São Bento, municípios catarinenses com grande atividade de exportação de móveis. "Tem muita empresa fechando por lá". Não bastasse a questão da durabilidade tem ainda a cor. O gosto europeu para este ano está mais para as madeiras vermelhas, mais claras, como o cedro e o mogno. "Tem outra madeira que virou sucesso por lá, é a paricá, uma madeira branca, muito bonita, nativa da Amazônia. E o que se sabe é que já tem muita gente botando mata abaixo lá no norte para plantar paricá".

Atualidade

Nem a tragédia envolvendo a região do Vale do Itajaí, que praticamente ruiu durante fortes chuvas, faz com que os governantes compreendam que tudo está ligado à questão ambiental. A prova disso foi o novo Código Ambiental proposto pelo governo de Luiz Henrique da Silveira. Nele, estão liberados os plantios nas margens dos rios e nos topos dos morros, bem ao gosto

CONT.



dos plantadores de pinus, além de outras tantas aberrações. No cerce de tudo, os desejos dos empresários, dos latifundiários, dos ricos. A roda da economia não pára e a política do desenvolvimento a qualquer preço também não. No campo, entre os pequenos proprietários plantadores de pinus, praticamente ninguém aceita falar em mudar de cultura. O pinus dá lucro sem esforço. É o sonho de toda a gente. Quase ninguém quer falar sobre estas coisas chatas que envolvem a destruição do planeta, ecologia, etc... "Isso é coisa de gente atrasada, inimigo do progresso". Poucos levam em consideração os fatos, tais como conta uma agricultora de Timbó Grande. "Lá tem nove mil habitantes, 10 ou 15 são agricultores. O resto planta pinus. A maioria das cabeceiras de rio está secando, não tem emprego para os jovens, aumentou a pobreza, a droga, a gravidez na adolescência".

Para o biólogo Ademir Reis, com as mudanças na preferência por outros tipos de madeira, buscar o replantio da araucária pode ser a grande saída econômica do Estado, que vai assim aproveitar a sua flora nativa. Mas isso só pode acontecer com um grande programa estatal de salvamento. "Temos 100 anos de melhoramento do pinus, enquanto a araucária, por conta da lei, não tem sido replantada. Não é viável economicamente para o dono de terra ter araucária, por isso eles arrancam a árvore assim que ela brota. Porque se vingar ele só pode tirar 50%. Além disso não havia mercado para a araucária. Por isso, um programa de salvamento tem que incluir o Estado. A empresa sozinha não vai se ajustar sem benefício".

E assim são as coisas. Quando mudam, mais levam em conta os interesses do mercado capitalista do que a vida das pessoas, o bem estar ambiental, o cuidado com o planeta. Só vale aquilo que traz lucro, e de preferência fácil, sem que se faça muito esforço.

Enquanto isso, em Caçador, à janela sigo fixando os vultos que parecem marchar. Agora sei, são pinus e não as gentes de João Maria. Mas, uma aragem leve me traz um perfume de fogão de chão, e, com ele, vêm a lembrança de uma gente guerreira que vê a terra como mãe, de um povo que conhece o segredo da Pachamama, de homens e mulheres que não se entregam ao canto da sereia da falsa promessa do capital. E, assim, marcham, novos e velhos combatentes do Exército encantado de São Sebastião, das hostes guerreiras de Tupac Amaru, de Sepé Tiaraju. Logo, serão milhões, e suplantarão o exército de pinus... Assim pede a minha vontade na noite fresca de Caçador!



Projeto Missões na Escola é lançado no município de Santo Ângelo

SÍTIO RÁDIO PROGRESSO DE IJUÍ, 05.04.2014

Mostrar a visão do índio Guarani e do homem branco sobre a região, é a proposta do projeto "Missões na Escola", lançado em Santo Ângelo. Um guia indígena e um do Projeto "Caminho das Missões", acompanharam os alunos do Colégio Estadual Onofre Pires e da Escola Municipal Sargento Pedro Krinski, da Barra do São João, numa caminhada cultural.

O presidente da Câmara de Vereadores, Diomar Formenton, e o secretário de Turismo, Marcos Mattos, participaram da atividade, que teve como ponto de partida, a Rua Missioneira, onde o representante do Projeto, Romaldo Melher dos Santos, e o guia indígena Mariano Benitez, apresentaram aos alunos um pouco da história da cultura Guarani do passado e as Missões nos dias de hoje.

Também revelaram aos estudantes, os hábitos da caça e da pesca dos indígenas. Benitez mostrou em detalhes os diferentes tipos de armadilhas para a captura de aves, tatus e outros animais utilizados na alimentação, em cenário montado na Praça Pinheiro Machado.



Boletim de Notícias - Edição nº 63./ 2014

Brasília, 07 de abril de 2014.

Lançamento da campanha Índio é Nós em São Paulo (transmitido ao vivo)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.04.2014

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=Iqfag0N17ic

“Índio é nós” é uma mobilização nacional em prol dos direitos e das terras indígenas que, neste ano do cinquentenário do golpe de 1964, permanecem sendo alvo de ataque no Brasil. Normas constitucionais e internacionais vêm sendo flagrantemente desrespeitadas, sem consulta às populações, descumprindo as condicionantes ambientais. São exemplo dessa escalada autoritária as obras de barragens dos rios da Amazônia, concebidas na ditadura militar.

Local: Casa do Povo, Rua Três Rios, 252; 2º andar – (Bom Retiro). São Paulo/SP.

Programação:

14:00-15:00 – Abertura e mesa com Artionka Capiberibe (Unifesp) e Pádua Fernandes (Índio é nós).

15:15-15:30 – Fragmento XAPIRI: Companhia Oito Nova Dança e convidados.

15:30-16:00 – Lançamento da revista Poesia Sempre, da Biblioteca Nacional: especial Cantos Ameríndios.

16:00-17:00 – Mesa com Marcelo Zelic (Tortura Nunca Mais-SP) e David Martim (Aldeia Jaraguá).

17:00-17:15 – Apresentação de Marlui Miranda.

17:15-19:00 – Mesa com Manuela Carneiro da Cunha (Universidade de Chicago), Maria Rita Kehl (Comissão Nacional da Verdade) e Marta Azevedo (Unicamp e ex-presidente da Funai).



Contrato de R\$ 34 milhões da Saúde é alvo da CGU

SÍTIO MIDIANEWS, 05.04.2014

Oito servidores já foram afastados preventivamente

DA FOLHA DE S. PAULO

Pesa sobre um contrato de R\$ 34 milhões para fornecer carros com motorista ao Ministério da Saúde a suspeita de ter havido fraude na licitação com a participação de servidores.

Esse é um dos alvos da devassa que a Controladoria-Geral da União faz em licitações na saúde indígena, revelada pela Folha no mês passado. O próprio ministério admite haver "falhas" e "oscilação expressiva" nos valores dos contratos.

Oito servidores já foram afastados preventivamente, mas a CGU não informa os nomes dos investigados.

Uma das licitações sob suspeita aconteceu no DSEI (Distrito Sanitário Especial Indígena) da Bahia, em março de 2013, e foi acompanhada in loco por Beatris Gautério de Lima, uma consultora à época do Ministério da Saúde.

A vencedora foi a empresa San Marino Locação de Veículos, de Brasília, defendida em licitações pelo escritório Jacoby Fernandes & Reolon.

Seis meses depois da licitação, Beatris deixou de ser consultora do ministério, onde ganhava R\$ 5.250 mensais. No mesmo mês em que saiu do governo federal, ela fechou um contrato de trabalho com o escritório que atendia a San Marino.

Beatris ganhou, segundo o próprio escritório, R\$ 25 mil por cinco meses de trabalho para alimentar um blog e ajudar na produção de um livro.

PREGÃO

Outro consultor, Paulo Cambraia, representou uma das empresas derrotadas no pregão, a Investcar. Até dez meses antes, ele trabalhava para a San Marino em um contrato em Manaus, em que há suspeita de superfaturamento de R\$ 3,8 milhões e que rendeu a Cambraia e à empresa uma ação de improbidade administrativa.

O dono da Investcar, José Máximo, chegou a dizer à Folha, pessoalmente e por telefone, que não participou da licitação e que nem sequer conhecia Cambraia. Dias depois, por meio de um advogado, mudou a versão e confirmou que contratou o consultor para representar a empresa na licitação na Bahia.

A Investcar e a San Marino funcionam no mesmo centro comercial em Brasília.

CONT.



Como a contratação prevista era acima de R\$ 10 milhões, a licitação teve que ser autorizada pelo então ministro da Saúde, Alexandre Padilha (PT), hoje pré-candidato ao governo de São Paulo. Desde 2010, a saúde indígena está subordinada à pasta.

Foi a única licitação presencial do Ministério da Saúde para locação de veículos entre outubro de 2012 e dezembro de 2013. Outros 20 pregões foram feitos para serviço similar no período, todos de forma eletrônica.

Apesar de feita pelo DSEI da Bahia, a licitação previa o fornecimento de até 988 veículos em 16 Estados. Menos de 10% do total eram para atender à demanda da Bahia.

OUTRO LADO

O Ministério da Saúde informou que o contrato foi de responsabilidade do distrito de saúde indígena da Bahia.

A assessoria de Padilha diz que o contrato não passou por ele e que, "ao ter conhecimento de inconsistências relativas a esses processos, tomou a iniciativa de pedir a imediata apuração".

A ex-coordenadora do DSEI da Bahia, Nancy da Costa, disse que havia parecer jurídico favorável ao pregão presencial. A empresa San Marino informou que "nunca participou de atos ilícitos ou conluio orquestrado".

O escritório Jacoby Fernandes & Reolon Advogados Associados disse que não havia impedimentos legais para contratar Beatris Gautério. Ela e o consultor Paulo Cambraia não foram localizados.



Como surgiam os quilombos e quilombolas

SÍTIO CRUZEIRO DO SUL, 06.04.2014

Os negros fugiam e se escondiam nas matas, outros tantos eram libertados e, desse modo, passavam a ocupar regiões inexploradas do País, formando comunidades com um modo de vida próprio. Assim surgiram os quilombos.

Os grupos atualmente chamados de remanescentes de comunidade de quilombos são os que permaneceram morando nas terras originalmente ocupadas pelos seus antepassados, escravos do período colonial. Ainda hoje a luta desses grupos é para garantir os territórios que conseguiram preservar durante séculos de resistência. Em alguns casos tentaram recuperar terras que lhes foram tiradas indevidamente. Assegurar o controle dessas terras é condição necessária e fundamental para a preservação de suas identidades culturais e para que tenham acesso a políticas públicas visando ao desenvolvimento sustentável das comunidades.

Em 1988 foram aprovados dispositivos transitórios na Constituição Federal reconhecendo a propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas. Os dispositivos impuseram ao Estado o dever de emitir-lhes os títulos respectivos. Esse ato, seja por compensação, seja por reparação à opressão histórica sofrida pelos descendentes dos africanos escravizados, reconheceu as terras de quilombos como patrimônio cultural, associado à previsão de tombamento de todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos como grupos formadores da sociedade.

Pela primeira vez na história foi reconhecida a existência da população negra no Brasil, acompanhada de um elemento inovador: a identidade etno-histórica como critério de identificação do grupo. Nos processos de regularização fundiária passam a ser levados em conta a propriedade coletiva e os componentes relativos às diferenças étnicas e culturais. E também o acesso à saúde, educação, água, luz, saneamento, etc. Do ponto de vista sociológico, quilombo é uma categoria relativamente recente, que deu nova significação ao que era conhecido como comunidades negras rurais.

(Fonte: Fundação Itesp: sua história e realizações. Evolução das políticas agrária e fundiária no Estado de São Paulo)



Boletim de Notícias - Edição nº 63./ 2014

Brasília, 07 de abril de 2014.

Ação possibilitará inserção de famílias indígenas do Maranhão no Cadastro Único
SÍTIO MARANHÃO 180 GRAUS, 06.04.2014

Equipes da Secretaria de Estado de Educação (Seduc), por meio da Secretaria Adjunta de Projetos Especiais (Sape), iniciam, nesta segunda-feira (7), uma ação integrada com o Programa Bolsa Família para efetivar o levantamento das famílias indígenas do Maranhão com o objetivo de registrá-las no Cadastro Único. O trabalho será realizado até o dia 26 de junho. Durante este período será feito um levantamento confiável para identificar os beneficiários do Bolsa Família, cruzando informações do Censo Escolar com a matrícula indígena e o número da unidade consumidora da Cemar.

A secretária adjunta de Projetos Especiais, Conceição Andrade, destaca que com estas ações a Seduc passará a trabalhar com números mais precisos, o que beneficiará diretamente as comunidades indígenas.

Publicado Por: Igor Leonardo



Felipe Milanez: A ditadura e os povos indígenas mortos da nação

SÍTIO VERMELHO, 06.04.2014

As imagens mais fortes da violência da Ditadura contra os povos indígenas são aquelas que existem como são contadas, e não em fotos ou filmes – ainda que haja fotografias e filmes chocantes. Mas não há registros das dezenas de pessoas mortas espalhadas pela mata, mulheres, velhos, crianças, homens, membros da etnia Arara, após serem contaminados por gripe nas margens da Transamazônica.

Por Felipe Milanez*, na Carta Maior

Ou dos mais de mil, talvez até dois mil, indígenas Waimiri-Atroari, mortos por tiros de metralhadora, talvez até mesmo bombas do Exército, e também por epidemias. Essas atrocidades, por enquanto, estão gravadas nas memórias, e possivelmente em documentos escondidos.

Com a força das palavras é possível reviver momentos terríveis. E é justamente esse sentimento, de reviver o passado, um dos grandes desafios para reconstruir e investigar a brutalidade da Ditadura contra os povos indígenas: de tão fortes as memórias, muitos indígenas preferem não falar. Contar é reviver. Acontece que não são as vítimas que devem sofrer novamente a desgraça que lhes foi imposta, e sim aqueles que perpetuaram os crimes, ou beneficiaram-se desses crimes, que devem ser punidos. Até hoje, nenhum documento fundamental apareceu. Muitos crimes continuam abafados. Nenhum responsável foi punido.

Quando se fala na violência contra os povos indígenas, a primeira cena é na Amazônia. Esse é um dos erros fundamentais na reconstrução da memória da Ditadura. A Amazônia teve um papel estratégico na geopolítica militar e na ideologia do desenvolvimento, mas os violentos processos de expropriação contra os povos indígenas ocorreram por todo o País. Dos Kaingang e Guarani no Sul, aos Yanomami no extremo Norte, os Krenak em Minas.

O projeto racial da Ditadura pregava a violência étnica como meio de expansão do estado-nação, e a violência contra os índios expõe de forma crua como funcionou a associação entre militares e elite civil. O resultado dessa aliança foi o extermínio sistemático, genocídio, etnocídio, e despossessão para a acumulação de riqueza e controle de territórios e recursos. A impunidade desses crimes permanece a regra da anistia, proteção que se estende àqueles que se beneficiaram economicamente desse processo.

Um estudo recente aponta que 1.196 camponeses foram mortos. Não há números relativo aos indígenas mortos, a não ser estimativas que podem variar de forma expressiva. A Comissão Nacional da Verdade já mencionou oito mil indígenas mortos. É possível que tenha sido ainda maior o número de mortos, ou que sejam menos as vítimas. Esse é, em si, um dos grandes erros da revisão: quantificar as vidas perdidas, por maior que seja o número, é sempre uma

CONT.



redução do impacto da violência. O fundamental é que a violência no campo foi brutal, e é a que menos é discutida e revista, onde a ferida permanece exposta.

Em alguns casos, povos inteiros foram exterminados. Isso significa um genocídio total. Hoje se conhece essa possibilidade em função de povos que foram tão violentamente massacrados que não é mais possível que se reproduzam fisicamente. Sobreviveram. É o caso dos Kanoê (restam três pessoas) e Akuntsu (hoje cinco), em Rondônia, dos Piripkura (três), no Mato Grosso, e os misteriosos sobreviventes, um conhecido como "índio do Buraco" (um só), em Rondônia, e outro chamado de Aurê (um só, depois que morreu Aurá), no Maranhão. Nestes dois últimos casos, não se sabe a que povo pertenciam, nem sequer que língua falam. Genocídio completo, total extermínio de duas civilizações. Impunes.

Apenas por um acaso, e pelo fato de serem pessoas extremamente fortes, conseguiram sobreviver. Ainda assim, carregam chumbo no braço, nas costas – como Pupak Akuntsu. Quantos outros povos nessa situação podem não ter sobrevivido? Quantos tiveram seus corpos decompostos em lagoas de fazendas em Rondônia ou no Mato Grosso, como era prática após as ações de extermínios? No caso dos Akuntsu, sertanistas da FUNAI que investigaram o caso em 1986 suspeitam que os corpos dos mortos em um ataque na aldeia tenham sido carregados em caçambas e despejados em uma lagoa na região de Corumbiara. O massacre talvez tenha ocorrido em 1985 ou 1984, no limiar da Ditadura. As fazendas que ocuparam as terras dos Akuntsu haviam sido formadas por grilagem de terras públicas e corrupção no INCRA, em projetos fraudulentos de apropriação de terras públicas.

Grilagem de terras: associação entre militares e empresários

Em um artigo publicado na revista de Estudos Avançados em 2005, a professora da UFPA Violeta Loureiro, junto do pesquisador Jax Pinto, explicam a construção da violência nas disputas de terra na Amazônia durante a Ditadura, e que permanece até hoje na mesma estrutura de concentração fundiária. Quando os militares planejaram a invasão da Amazônia, apenas 1,8% das terras eram desmatadas e ocupadas por pasto e lavoura, e só metade delas tinha título. Hoje, 18% foi transformado em pasto (80% dessa área), soja, lavouras, ou apenas degradado.

O governo organizou mecanismos legais de exceção para atrair empresários, oferecendo incentivos fiscais e terras públicas que eram ocupada por populações inúteis aos olhos dos militares. Essas terras ainda foram demarcadas em extensão muito maior do que a dos lotes que originalmente haviam adquirido.

Um dos exemplos é a Terra Indígena Marãiwatséde, que após a articulação da grilagem organizada por Ariosto da Riva em parceria com o grupo Ometto, a terra transformada no latifúndio Suiá Missu com 695.843 hectares. Apenas no ano passado a terra, demarcada em 1998, foi devolvida aos Xavantes. Sendo que parte das aldeias ficaram de fora da demarcação. No Pará, segundo Loureiro, apenas oito grupos econômicos possuíam quase seis milhões de hectares.

Era preciso expulsar os moradores e criar mecanismos para "regulariza-las". Regularização da
CONT.



grilagem foi uma das medidas da Ditadura. Em 1976, o governo ditatorial, por medidas provisórias (005 e 006), regularizou as terras griladas, oferecendo mecanismos para a Justiça proceder à expulsão. Os índios não foram os únicos prejudicados nesse jogo desigual de força, mas foram os mais brutalmente afetados. Essa permanente política de exclusão.

Uma primeira reconciliação deve ter início com a demarcação das terras – até hoje, a única forma efetiva de garantir a sobrevivência e o cumprimento mínimo de direitos. Desfazer as medidas de exceção que ainda estão em vigor e cumprir a Constituição surgida como uma grande reconciliação, ou seja, completar a transição. Em paralelo, a discussão sobre a anistia é imprescindível, com a punição daqueles que cometeram os crimes, sejam os militares, policiais, agentes do Estado, sejam os privados que se aliaram nos crimes, como pistolagem, torturas, massacres e genocídios.

"Na Amazônia, os direitos humanos, durante décadas, estiveram subordinados aos direitos do capital", escrevem Loureiro e Pinto. Durante a Ditadura foi desenvolvido uma "convivência entre grileiros-empresários-aventureiros e órgãos públicos, especialmente os federais com ação na região". É uma aliança entre "setores/órgãos/funcionários do Estado com empresários/aventureiros/ grileiros sobreviveu à Ditadura."

Essa convivência e repartição de funções entre o Estado e certos grupos que se beneficiaram é também a origem das milícias privadas e da pistolagem na Amazônia. É uma contradição da Ditadura, onde o violento Estado de Exceção compartilhou o monopólio da violência, da forma caracterizada pelo sociólogo Max Weber. "O Estado repartiu este poder com empresários, políticos e aventureiros os mais diversos, perdendo o controle sobre o exercício da força e da violência física, que passou a ser usada por agentes não legitimados socialmente nem legalmente instituídos." O genocídio dos Akuntsu, Kanoê, Aurê e Aurá, Piriokura, Juma, índio do Buraco, são crimes que se encaixam nessa aliança público-privada de extermínio.

Darcy Ribeiro, no ato contra a emancipação, em 1978, classificou que não há uma "questão indígena": "Não há, propriamente, uma questão indígena. Há uma questão não-indígena. Nós não índios é que somos o problema". E é justamente essa "questão não -indígena" que expõe a brutalidade e a violência da Ditadura e sua aliança com a elite civil. As grandes empresas que se beneficiaram, os grandes empresários, os grileiros de terras, perderão eles, hoje, a terra roubada? Em 2008, Lula assinou a "MP da grilagem" (MP 458), uma segunda anistia política e econômica para aqueles que se beneficiaram das expropriações violentas a mano-militar, dando continuidade as medidas provisórias de 1976. É possível reverter esse território com as demarcações. Muitas foram feitas, após 1988, compondo quase 13% do território nacional. Nas situações onde as demarcações ainda estão pendentes é onde os crimes seguem cotidianos, como o caso dos Guarani e Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, ou os Tupinambá, na Bahia.

Crimes militares e as "grandes transas"

Crimes praticados por ordens de militares, que incluem torturas e assassinatos, permanecem sem investigação. O Relatório Figueiredo, recentemente exposto, é uma peça fundamental na investigação. Mas nele constam apenas os primeiros quatro anos da Ditadura. A Comissão Nacional da Verdade não escutou nenhum até o momento, ou ao menos não divulgou a

CONT.



informação, nenhum militar envolvido nas denúncias feitas pelos indígenas e organizações – exemplo os possíveis ataques contra os Waimiri-Atroari. Limita-se ao ouvir o drama dos índios, que devem reviver os períodos de violência.

Conscientes da impunidade dos criminosos, alguns povos, como os Waimiri-Atroari, segundo o indigenista José Porfírio de Carvalho, "não querem falar". Outros, como os Parakanã, que foram dizimados por doenças e a transferência forçada em razão da construção da Transamazônica, possuem dificuldade em relacionar as mortes com o contexto político que, na época, não conheciam. "Alguns não tem noção de onde exatamente ocorreu, o que aconteceu, como as mortes estão relacionadas", diz Carvalho. A certeza da impunidade, até que seja revogada a anistia, faz com que alguns povos estejam reticentes com os trabalhos da CNV.

Os números fascizam, chocam, atraem manchetes. A CNV fala em 8 mil indígenas mortos, frente aos 500 opositores ao governo. Números servem para atrair atenção cínica da imprensa, mas representam pouco no universo indígena. Durante a Ditadura, hoje sabe-se que alguns números eram superdimensionados para causar choque e atrair atenção. É possível que os Waimiri Atroari não fossem 3 mil, mas 1.500 pessoas, assim como os Suruí podem ter sido menos do que haviam sido contados. Ou então ainda mais, segundo hoje fala o líder Almir Suruí, que chega a dizer que três mil Suruí pereceram. Calcular o número de mortos e estabelecer fundamentos de punibilidade é um exercício muito mais complexo do que uma breve visita em uma aldeia pode alcançar.

Importantes trabalhos realizados por antropólogos comprometidos com a causa indígena nas últimas décadas mostram o tamanho da complexidade. Refazer a genealogia de mortos exige uma longa pesquisa em parceria com os indígenas. E isso deveria ser feito entre os Awá, os Guajajara, os Kaapor, no Maranhão, em praticamente todos os povos indígenas do Brasil que denunciavam terem sido vítimas de crimes. Há crimes fundamentais para serem esclarecidos e que estão impunes, como a morte de Ângelo Cretã kaingang, suspeito de ter sido vítima de um atentado. Hoje, após os trabalhos da Comissão da Verdade, sabe-se que os militares forjaram acidentes, tais como a morte de Zuzu Angel e Juscelino Kubitschek. Por que então Cretã não haveria ter sido vítima de igual estratégia?

A construção da Transamazônica provocou diversos tipos de impactos e violências. Alguns povos, como os Arara, foram dizimados e ainda transferidos de seu território. Os Parakanã foram dizimados e transferidos. Os Tenharim sofreram uma violência tão brutal que as cenas mais recente desse processo surgiram em dezembro passado, com uma revolta racista e genocida da população do entorno tentando massacrar a população, queimando aldeias e o patrimônio público da FUNAI. Cinco indígenas estão presos em um processo em que vários direitos foram suprimidos – como o de serem acompanhados de um advogado para os depoimentos.

A transição foi um período intenso de luta política. A partir de 1978, como Ato contra a Emancipação, a participação indígena no debate sobre as políticas indigenistas cresceu exponencialmente. Novas estratégias, alianças. Cretã foi o primeiro indígena a ocupar um cargo público, em 1978, e hoje há diversos vereadores. Mário Juruna foi o primeiro líder indígena a chegar ao Congresso, onde ocupou um espaço político extraordinário. Ridicularizado

CONT.



pela imprensa não-indígena, Juruna foi fundamental na articulação do movimento indígena nos anos 1980. Após ele, nunca os povos indígenas tiveram novamente algum representante no Congresso Nacional, e apenas pisaram lá para acompanhar, pressionar e tentar impedir o retrocesso de direitos.

Usinas como Foz do Iguaçu, Balbina, Tucuruí, alagaram territórios indígenas. O crescimento econômico aplaudido no editorial da Folha de S. Paulo foi feito com o uso de violência, também, sobre indígenas. Se durante a Ditadura não havia sido possível compensar, de alguma forma, o estrago, agora isso pode ser ao menos minimamente reparado. Fora Balbina, com os Waimiri Atroari, e Tucuruí, com o programa Parakanã, não há outro projeto de compensação decorrente das ações da Ditadura em curso. Os Panará ganharam ação contra o Estado em razão do impacto da abertura da BR 163, e conseguiram retomar suas terras. Essa jurisprudência deveria ser estendida para os Arara, Parakanã, Gavião, Tenharim e tantos outros impactados por essas obras de infraestrutura que beneficiaram poucos bolsos extraíndo os recursos do território brasileiro.

A "supremacia branca" estabelecida como classe étnica ditatorial no Brasil também destruiu quilombos e quilombolas. E seringueiros, castanheiros, caboclos, ribeirinhos, populações que se colocaram como "tradicionais" frente ao avanço, populações minorizadas que de maioria viraram as minorias nesse período, e tornaram-se vulnerabilizadas. Assim como os garimpeiros, colonos pobres migrantes, todos tratados como bestas de trabalho da ocupação de terras, as "frentes de expansão" que eram deslocadas, em sentido militar, sobre territórios alheios.

A engenharia social da Ditadura construiu uma sociedade que não se desfez com a promulgação da Constituição, e a resistência se expressou de diversas formas. Por exemplo, entre os índios, foi recorrente a utilização da estratégia de "esconder a identidade", tornar-se "caboclo", como era a determinação da política indigenista evolucionista da Ditadura. Como uma antropologia-inversa, os povos indígenas, os quilombolas, os "não-brancos" desenvolveram estratégias de pesquisa e conhecimento do universo branco. Sempre tido como violento, e que deve ser evitado. Conversas e outras formas de compartilhamento de conhecimento foram essenciais nesse processo.

Os Xavante, conhecedores dos warazu (como chamam os "brancos"), construíram uma estratégia particular de relacionamento, desde as guerras até a própria pacificação dos brancos, que eles fizeram, em 1946, com Chico Meireles. Quando as fazendas começaram a invadir o território, a partir de 1974, com a união de diversas aldeias, passaram a reocupar as áreas e a intimidar os fazendeiros. Ainda assim, a Terra Indígena Pimentel Barbosa, por exemplo, foi demarcada menor do que deveria em razão da corrupção de funcionários do governo colocados pela Ditadura. O processo até hoje não foi revisto.

Em alguns casos, as alianças para a resistência e defesa dos índios inclui até mesmo militares. É possível que militares que tenham defendido povos indígenas tenham sido reprimidos pela Ditadura. Segundo Sydney Possuelo, o coronel Paulo Isaías, em Altamira, havia destacado, em 1980, um pelotão para auxiliar a FUNAI a expulsar invasores da área ocupada pelos Arara, antes do contato. Os índios estavam sendo atacados, e essa medida foi fundamental para

CONT.



evitar a concretização do genocídio. Era uma ação local que ia de encontro com a política de ocupação organizada pelo INCRA.

As polícias civil, militar e federal, também aliaram-se aos anti-indígenas. Há denúncias não investigadas de sistemáticas torturas entre os Guajajara no Maranhão. No final dos anos 1970, o sertanista Porfírio de Carvalho denunciou a prática, que era feita pelo Exército e pela Polícia Federal. Ameaçado, foi transferido para o Acre. Os Guajajara seguiram sofrendo a brutalidade do exército e das polícias. Nenhum documento sobre esses crimes foi, até o momento, acessados.

Darcy Ribeiro debruçou-se por anos nos arquivos do SPI e em campo para investigar a violência contra os índios na primeira metade do século passado. O resultado virou o livro *Os Índios e a Civilização*. Ribeiro identificou 87 povos que teriam sido exterminados entre 1910 e 1957 – é possível, no entanto, que alguns destes tenham sobrevivido e sido reencontrados, mais tarde, pela Ditadura, como os Arara. Já a segunda metade do século é composta de diversos trabalhos de denúncias, e muitas páginas em branco. Como reconstruir essa história sem reproduzir a violência racista contra os indígenas é um desafio. Incluir os próprios indígenas na Comissão da Verdade é o fundamental.

A violência contra os povos indígenas durante a Ditadura merece uma investigação muito mais profunda do que vem sendo conduzida, que deve igualmente atingir àqueles que se beneficiaram do Estado de Exceção às custas do sangue e expropriação. Completar a demarcação das terras é sem dúvida a primeira ação a ser feita nesse sentido – o que deveria ter sido concluído nos cinco anos posteriores à promulgação da Constituição. Aprender com o passado também significa incluir os povos indígenas como protagonistas nos projetos que impactem seus territórios, um desafio ao neodesenvolvimentismo em curso. Nesses casos, não apenas adia-se a possibilidade de uma reconciliação nacional, como abre-se cada vez mais a ferida exposta.

*Felipe Milanez é pesquisador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Escreve sobre meio ambiente, conflitos sociais e questões indígenas. É também pesquisador visitante na Universidade de Manchester e integra o European Network of Political Ecology (Entitle).

**Título original: STF garante direitos constitucionais indígenas



Sobre a falta de consideração com os direitos de Povos Indígenas no Brasil

SÍTIO JORNAL GGN, 06.04.2014

Por Gunter Zibell

"As reservas indígenas tem 13% do território nacional brasileiro, NÃO CHEGA?"

Uma frase assim não é incomum. E não é mal-intencionada.

Só que não é bem assim. 13% são as terras "reservadas" para eventual demarcação. E é só esse número que aparece.

E aparece assim porque interessa às duas partes: à mídia, que é muito ligada ao imaginário urbano (nem precisa ser ligada a interesses econômicos, vai apresentar o discurso que os habitantes do Centro-Sul querem ler) e também ao governo, que quer posar de garantidor dos índios, então coloca em todos os sites e documentos oficiais mapas cheios de áreas apontadas como reservas indígenas, quando em geral são de uso misto.

Observe-se que:

- Falta demarcar muita coisa (talvez Raposa do Sol tenha sido a última demarcação importante)
- a ocupação não é exclusiva: muitas dessas terras estão ocupadas por atividades econômicas. Em algumas potenciais reservas, mais próximas de centros produtivos, chega a haver 10 não-índios por índio residindo nas áreas invadidas (e os conflitos são resultado das tentativas de retirar definitivamente essas terras do conjunto dos 13%.)
- há a sobreposição com as reservas estratégicas de segurança nacional (fronteira), ocupadas apenas pelas FFAA, e com os parques e reservas com fins ecológicos, de preservação de biodiversidade. Essas áreas atendem a todos os interesses nacionais, então há no mínimo uma dupla contagem.
- há as 'ilhas para mineração' de minerais estratégicos, terras raras, etc que continuarão existindo mesmo com demarcação. Isso pode não afetar o extrativismo indígena, mas algum impacto há com a circulação.

Territórios de uso e habitação EXCLUSIVO de Povos Indígenas quanto serão? Eu 'chuto' que não devem ser nem 4 ou 5%. É um número difícilimo de obter por que é propositadamente omitido, mas comece-se retirando dos 13% os Parques Nacionais e as áreas que se sabe invadidas. Muitas terras reservadas estão como Raposa do Sol estava há 6 anos.

CONT.



Se pensarmos que abrigam 0,4% da população, podem apresentar densidade demográfica maior que o conjunto de 'zonas rurais', especialmente às voltadas à agricultura extensiva nos estados de Norte e Centro-Oeste. E isso sem haver desmatamento algum! O que é um contrasenso, já que a agricultura tradicional e o extrativismo são praticamente as únicas atividades para a subsistência indígena, como fica se for mais "espremida" que a agricultura dos aculturados?

De qualquer modo, a discussão no assunto nunca deve ser levada pelo lado do produtivismo ou tentativas de assimilação cultural forçada. Não é ético se empurrar os Povos Indígenas para situações ainda mais fragilizadas que as atuais, até porque não contam com nenhum lobby a seu favor a não ser a nossa conscientização.

Havia um modo cultural e de produção que foi negado, por séculos, pelo ocupador ocidental e que pode ser respeitado agora antes que se extinga de vez.

E há o direito difuso entre parte da população não-indígena a viver em uma sociedade que respeite esses povos. Inclusive com a concessão incondicional de benefícios, como educação e saúde. Custa muito pouco em termos nacionais. Países europeus gastam mais como proporção do PIB em ajuda externa do que o Brasil com suas reservas.

E pode haver muito mais que o equivalente a esses 13% em terras subaproveitadas no país todo, carece aproveitar melhor o que já foi desmatado do que ficar forçando a expansão da fronteira agrícola apenas pelo seu baixo custo na fronteira ou por conveniência logística.

Outros países continentais, como Canadá e Austrália, chegam a reservar 20% do território nacional para unidades de administração aborígene, com muito maior autonomia que as reservas brasileiras.

Algumas reservas norte-americanas, como a Nação Navajo (que é maior que 3 estados dos EUA), chegam a ter polícia própria.

A política para Povos Indígenas no Brasil anda se apresentando conservadora, portanto, pode-se dizer até mesquinha.

E não era esse o espírito da Constituição de 1988. Só durante o Regime Militar cogitou-se tal postura negligenciadora de direitos desses povos, e é por isso que os governos e políticos em vários níveis andam sendo criticados, por não delinarem de modo firme e seguro as intenções e os direitos, permitindo assim que se dissemine um discurso simplista que pode desinformar.



Os Ofaié, a Comissão da Verdade e a Esperança
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.04.2014

Por Carlos Alberto dos Santos Dutra

Entre os dias 24 e 26 de abril próximo será realizada na cidade de Dourados, em Mato Grosso do Sul, a IIª Sessão de Audiência da Comissão Nacional da Verdade, especialmente instalada para ouvir os relatos de violação dos direitos humanos praticados por agentes públicos contra os povos indígenas no período em que o Brasil viveu seus anos de chumbo, entre 1946 e 1988, sob o manto verde-oliva da ditadura militar neste Estado.

Quando não ao longo da história, e seguramente hoje, os povos indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul têm sido vítimas de toda sorte de violência: remoção forçada, expulsão de seus territórios, suicídios, assassinatos, agressões físicas, descaso e o preconceito, que representam nódoa no roteiro de uma história do Brasil que ainda é espúria e não reconhecida.

A história dos Ofaié é um desses casos que retrata a exclusão de um povo que, desde o período do Serviço de Proteção aos Índios-SPI, de 1913 até 1965, sofreu com a omissão do órgão oficial do Estado em relação à demarcação de seu território. Na cantinela dos anos que se seguiram, já sob a tutela da Fundação Nacional do Índio-FUNAI, continuou sofrendo com a indiferença e a violação de seus direitos com a remoção forçada de seu território tradicional, quando foram levados, sob violência e humilhação, para uma terra distante de seus antepassados, lá permanecendo de 1978 a 1986.

Na ausência dos mais velhos, que já partiram, mas continuam enfeitando com cruzeiros o caminho do desterro desta nação — Zé Tá, Ozena, Felipe, Xião, Alfredo, Sebastião, Francisca, He-í e outros –, caberá ao ex-cacique Ataíde Francisco Rodrigues, o Xehitâ-ha Ofaié, fazer voz diante da Comissão Nacional da Verdade, e entoar-lhes o lamento desse povo de hábitos suaves e feições gentis, neste dia triste e memorável, quando as feridas voltam a sangrar instigadas pela dor da lembrança.

Quanto a nós, cara pálida, cabe dizer que o caso Ofaié é a nossa maior vergonha, nosso maior pecado. Fruto de uma sucessão de erros da parte do Estado e sua política indigenista de apresamento e confinamento, resultou para este povo quase sua extinção. Se na época do general Rondon e do SPI os Ofaié chegavam a 2.000 pessoas, no período da FUNAI, em 1976, já estavam reduzidos a apenas 27 indivíduos.

No período do SPI

Só para se ter uma ideia dos desencontros governamentais e mentalidade da época, numa Remessa que recebeu nº 237, de 19 de maio de 1949, o general Cândido Mariano Rondon, que pessoalmente sempre foi um defensor do povo Ofaié e que nesta época era presidente do Conselho Nacional do Serviço de Proteção aos Índios-CNSPI, escreve ao diretor do SPI

CONT.



enviando-lhe um documento contendo “informações sobre as terras dos índios Ofaiés” obtido do coronel Nicolau Bueno Horta Barbosa, então ex-chefe da Inspetoria Regional de Campo Grande-IR-5.

Neste documento, por razões desconhecidas, o coronel Horta Barbosa argumenta contra o profissional Pimentel Barbosa que “não teria podido fazer a demarcação legalmente autorizada, por falta de título de habilitação profissional”. Um ano após, em 8 de fevereiro de 1950, uma “relação dos atos do Governo do Estado de Mato Grosso, pelos quais foram reservadas áreas indígenas aos nossos índios” traz encartado o Decreto 683, de 8 de maio de 1924 que reservava para os Ofaié 3.600 hectares (na região do córrego Samambaia), porém, após o documento ter sido examinado pelo coronel da reserva do Exército Ramiro Noronha, e não haver emitido parecer algum, o dito documento tomou rumo ignorado, caracterizando, assim, a omissão do Estado em não garantir a área antes demarcada em favor dos Ofaié.

Como se não bastasse, o Governador do Estado de Mato Grosso, Fernando Correia da Costa, em 8 de maio de 1952, através do Decreto nº 1.302, revogou o Decreto 683/24 acabando de vez com as esperanças do povo Ofaié em ver seu imemorial território garantido. Não por acaso, dois meses antes da revogação do Decreto 683/24 e por uma estranha coincidência, o coronel Nicolau Bueno Horta Barbosa, ex-chefe da IR-5 escreve ao Sr. Wilson Barbosa Martins, como que dando sinal verde ao então, à época, candidato ao Senado Federal, que se mostrou interessado na compra dessas terras.

Escreve ele: “As terras em questão, não interessam aos índios, que, aliás, não se encontram mais nelas; são devolutas e por nenhum título a cargo do SPI (...)”. Logo no início de sua correspondência o coronel expressa ao “amigo” o desejo de limitar-se “ao essencial, que é não possuir a IR-5 nenhum documento relativo às terras onde estiveram umas poucas famílias indígenas (...) aqueles infelizes. E como constituirão um grupo caminhando para a extinção (...), jamais fui impulsionado a visita-los, ocupado que me achava com problemas bem mais urgentes (...)”.

Uma última referência do descaso e omissão do SPI em relação a este Decreto consta no levantamento cadastral das terras indígenas do Estado de Mato Grosso, apresentado em 27 de outubro de 1965 ao major-aviador, diretor do SPI em Brasília-DF, e que encerra com a sintomática observação: “vide Wilson Barbosa”.

O grupo sobrevivente de Ofaié que migraram da região Sul do Estado e se juntaram a um grupo mais antigo que vivia ao longo das margens dos rios Pardo, Taquaruçu e Verde, em 1952 foram expulsos no município de Três Lagoas-MT, por um particular que adquiriu do Estado (através da Superintendência das Empresas Incorporadas do Patrimônio Nacional-SEIPN), 600 mil hectares de terras incluindo a área da aldeia Esperança habitada por certa de 200 Ofaié, no atual município de Brasilândia-MS.

Os Ofaié alojaram-se então nas margens do córrego Puladouro, afluente do rio Verde, no então município de Três Lagoas-MT. O SPI, à época, tomou conhecimento do fato, tendo inclusive prestado alguma assistência aos Ofaié pelo que se depreende do Ofício nº 289, de 3 de novembro de 1953 quando a IR-5 propõe construir “uma casinha em Rio Verde, na Aldeia dos

CONT.



Xavantes". Tal documento, entretanto, trazia no título: "Correspondência enviada pela IR-5 à Diretoria, desde há muito e que não tiveram resposta", o que nos permite avaliar o grau de (des)interesse que o assunto despertava no órgão indigenista oficial.

Ali se encontravam 58 pessoas conforme relato do inspetor Francisco Ibiapina da Fonseca, da IR-5, que visitou os Ofaíé em Três Lagoas-MT, e confirmou a expulsão, porém nada foi realizado para reconduzir os indígenas ao seu antigo territórios nas margens do córrego Boa Esperança, conforme ouviu do relato dos indígenas e descreveu em seu relatório.

Registre-se, entretanto, que o citado inspetor chegou a encaminhar ao chefe do Executivo Municipal de Três Lagoas pedido de "valioso apoio" do Prefeito daquela cidade "junto às autoridades do Estado para legalização de uma área de terras" para os Ofaíé. Foi a última omissão praticada pelo SPI, e que determinou praticamente a extinção deste povo, pois ali, num lapso temporal de menos de cinco anos, faleceram cerca de 40 indígenas, sendo que o restante, dois anos depois, retornaram para a antiga região do ribeirão Boa Esperança e Córrego Sete nos limites da fazenda que os havia expulsado.

No período da FUNAI

No período da administração da FUNAI, no Mato Grosso do Sul, o relato de maior violência contra os Ofaíé prende-se à transferência forçada de seu território do município de Brasilândia para o município de Porto Murtinho, na serra da Bodoquena, no interior da Reserva Kadiwéu, ocorrido em 1976.

Episódio narrado e divulgado pelo próprio indígena Ofaíé Ataíde Francisco Rodrigues, Xehitâ-ha como "testemunha do massacre", na primeira parte do livro "Ofaíé, morte e vida de um povo", publicado em 1996 pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul-IHGMS, dá conta que o funcionário Jamiro, da FUNAI, em 1977 fez a primeira visita à aldeia Esperança "dizendo que nós estávamos passando necessidade, passando fome, vivendo junto das vacas e todos morrendo à mingua. Que nós precisava sair daqui e mudar para uma reserva onde só tinha índios, doado pelo governo federal. Segundo Jamiro, na reserva já tinha terra mecanizada, casas de materiais, cafezais, capa e pesca. E nós fiquemos animados pra sair de lá".

Sete meses depois, no último dia do mês de julho de 1978, "outro funcionário da FUNAI, Dionísio Virgílio da Silva, chegou em nossa área e repetiu as promessas do Sr. Jamiro. Ele estava coordenando a operação com outras pessoas de Brasilândia". Os índios acabaram sendo transportados de caminhão acompanhados de outros carros pequenos, relata Xehitâ-ha. Muitos índios fugiram e refugiaram-se nas fazendas do município. O delegado local teria realizado buscas pelos sítios mais próximos. Na cidade todos evitam comentar o fato. Enfim, em caminhão aberto (pau de arara), viajaram a noite chegando a Campo Grande às 8 horas da manhã. Após rápida parada, seguem viagem e, às 14 horas chegam à cidade de Miranda; comem ali uns "pães secos" e seguem viagem para "Campão" (como era conhecida Bodoquena).

Chegando ao destino, a Reserva Kadiwéu, nesta época em conflito com posseiros e

CONT.



fazendeiros, com a anuência do INCRA, narra Ataíde: “de repente o Sr. Jamiro veio nos receber. Nós ficamos revoltados. Aí perguntamos para o funcionário da FUNAI: Onde estão as casas que vocês prometeram? Sem responder a pergunta o funcionário disse: Vocês tem que se virar. Mas onde?, perguntamos: ‘Vocês tem que expulsar os brancos’ disse ele”. Em igual condição encontravam-se também os indígenas Kaiowá que foram trazidos dias antes do Rancho Jacaré (de Laguna Carapã) e Guaimbê (região de Dourados). O Sr. Jamiro, funcionário da FUNAI, era o “terror dos posseiros, expulsando muita gente com suas táticas de jagunço...” relata o CIMI, na época.

O delegado da FUNAI responsável por toda essa violência praticada contra os Ofaié foi o Sr. Joel de Oliveira. Em meio à violência os Ofaié permaneceram ali oito anos. “O desrespeito contra os Ofaié era revoltante. Até mesmo pelos funcionários da FUNAI. Os mesmos traziam muita pinga para embriagar os Ofaié e depois se aproveitar de suas mulheres. Foram estupradas três meninas Ofaié: uma de nove anos, outra de onze anos e outra de quinze anos. Os estupradores foram dois índios e um branco (...). Ele ameaçou a quem falasse desse estupro, que mataria quem fosse”. O jornal O Globo, de 25 de maio de 1983, denunciou esse fato.

O depoente olha o rosto da Comissão da Verdade e busca encontrar ali franqueza e sinceridade naquele olhar. Porque a “verdade”, aliás, não repara vidas, não reconstrói sonhos; quando muito devolve a sensação de justiça, ainda que tardia e inócua. A lágrima que não corre mais no rosto do indígena – pois já chorou todas as dores que a vida pode suportar –, de súbito, por uma fresta do universo parece cair sobre a terra aplacando a ira e a poeira da estrada. É uma réstia de esperança fazendo rebrotar a vida: seu depoimento pode não reparar a história e os atos cometidos pelos agentes públicos, mas talvez possa conduzir a palavra “verdade” pela senda de outra, carregada de luz e que todo o ser humano alimenta: a Liberdade (2).

-

(1) Dutra, C.A.S. Ofaié, morte e vida de um povo. Campo Grande: IHGMS, 1996, p. 122, nota 137.

(2) “Liberdade é uma palavra que o sonho humano alimenta, não há ninguém que explique e ninguém que não entenda” (Cecília Meireles).



Carta de Luziânia, convocação para organização e Luta

SÍTIO CIMI, 06.04.2014

Aos irmãos e irmãs dos Quilombos do Brasil

Reunidos em Luziânia nestes dias para dar continuidade ao processo de organização e de luta contra a infâmia e racismo e para proclamar não podemos esperar 514 anos para a titulação dos nossos territórios.

Considerando:

I. Que o Modelo de Desenvolvimento implementado pelo Estado Brasileiro tem como eixo principal a produção agrícola, pecuária e mineral para a exportação causando graves consequências à mãe-natureza e aos povos e comunidades tradicionais; que o governo tem priorizado as grandes obras e eventos constantes na programação dos acordos de integração regional sul-americana que tem resultado no deslocamento forçado de povos e comunidades tradicionais e populações das periferias das grandes cidades, reciclando o processo de colonização.

II. Que nesse processo o Estado brasileiro, a serviço dos latifundiários e empresários, tem sido o grande proponente, indutor e financiador do projeto desenvolvimentista; que o estado tem se utilizado de instrumentos legais para criminalizar lideranças e lutas visando a quebra das resistências populares; que há em execução o extermínio dos povos originários, dos negros e negras no campo e nas periferias das cidades, a exemplo da ocupação militar no Complexo da Maré, Rio de Janeiro, bem como a utilização da Força Nacional contra Comunidades Indígenas e Quilombolas.

III. Que desde sempre nossos povos resistem ao extermínio e constroem suas organizações como instrumentos de lutas políticas, desde Palmares até os nossos dias. Esses espaços têm sido fundamentais para a denúncia e enfrentamento à violência institucional e privada e ao racismo.

IV. Compartilhamos nossas experiências mais recentes vividas no Movimento Quilombola do Maranhão, na Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas e nos Encontros dos de Baixo, no Rio Grande do Sul; ressaltamos os enfrentamentos dos camponeses, povos originários e da classe trabalhadora aos latifundiários, aos patrões e ao capital com o método da democracia direta, a exemplo dos garis do Rio de Janeiro. São marcos históricos na superação do personalismo e do aparelhamento das nossas lutas.

Assumimos o compromisso político

V. Com a construção de uma Articulação Nacional de Quilombos que atue na defesa dos Direitos Fundamentais e na construção de um novo projeto político para a nação que reflita a diversidade étnico/racial e de gênero; estabelecendo estrategicamente parcerias e alianças

CONT.



com a classe trabalhadora em luta, organizações do Movimento Social/Negro, das outras comunidades tradicionais, populações de periferias e com os povos originários.

VI. Entendemos essa Articulação como:

1. Rede de articulações quilombolas regionais, independentes de qualquer gerência do Estado, dos governos e dos partidos, com estrutura de organização horizontal, fortalecendo-se pelos vínculos de solidariedade e enriquecendo-se com as diferenças entre seus Membros, num ambiente de debate democrático, transparente e público.
2. Estrutura de organização horizontal, para tanto elege como fóruns de tomada de decisões os seus Encontros e Assembleias, garantindo sempre um ambiente de debate democrático para a construção de consensos; e, para facilitar esses processos, será eleito um Conselho Político, devendo garantir o equilíbrio de gêneros e gerações.
3. Espaço de articulação das lutas contra o racismo como causa estruturante da divisão desigual do trabalho e do acesso aos bens comuns, das ameaças aos territórios quilombolas e indígenas, dos assassinatos de lideranças, da expulsão das comunidades camponesas e de periferias dos seus territórios e do processo de violência e genocídio dos povos negros e indígenas no campo e na cidade.
4. Espaço de articulação das lutas por Direitos e por Justiça Social e Ambiental no país, desvendando engodos e hipocrisias, sempre atualizados, dos discursos oficiais da data de 13 de maio; de denúncia do extermínio da Juventude Negra, do Racismo Institucional e Ambiental; de denúncia da criminalização de lideranças e organizações de luta; de denúncia das manobras jurídicas empreendidas pela elite latifundiária e racista de nosso país, a exemplo citamos: PEC 215/2000 e ADI 3239/2004 do DEM contra os Quilombolas no país e a tentativa de desconstituição das Ações Afirmativas;
5. Por último referendamos o dia 20 de Novembro, Aniversário da Morte de Zumbi, como o principal dia de LUTA E RESISTÊNCIA NEGRA E QUILOMBOLA NO PAÍS.

VII. Com a realização de um Encontro Nacional, a ser realizado em Brasília – DF, nos dias 25 a 29 do mês de maio de 2014. Para a efetivação desse compromisso teremos que:

1. Continuar a construção destes princípios políticos e organizativos;
2. Realizar um mapeamento das comunidades quilombolas em luta para garantir seus direitos;
3. Continuar o diálogo com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, visando a aliança com os povos originários; e com outras organizações parceiras visando a construção de apoios à luta das comunidades quilombolas.
4. Constituir uma equipe de Articulação para dar início à operacionalização das propostas acima elencadas.

Luziânia (GO), 01 de abril de 2014.



Mais um ataque de pistoleiros contra a comunidade de Pyelito Kue
SÍTIO CIMI, 06.04.2014

Foi o terceiro nos últimos 30 dias.

Na madrugada de 06/04/2014 ocorreu um novo ataque de pistoleiros contra a comunidade indígena Guarani e Kaiowá de Pyelito Kue. De acordo com informações das lideranças da comunidade, "seguranças" (pistoleiros) da fazenda Cachoeira, município de Iguatemi, armados com revólveres e espingardas de grosso calibre dispararam tiros contra os barracos de lona, enquanto as famílias Guarani e Kaiowá dormiam. Assustados, os moradores de barracos situados nas proximidades da rodovia saíram correndo para fugir dos pistoleiros e, na fuga, uma mulher, Sra. Sírnia Marcos, acabou caindo e machucando gravemente os braços. As lideranças afirmam que estão de posse de cartuchos e de balas encontradas depois do ataque.

Esta foi a terceira ação violenta de pistoleiros contra a comunidade de Pyelito Kue nos últimos 30 dias. Geralmente estas ações criminosas estão sendo praticadas de madrugada e sempre aos finais de semana. A comunidade tem denunciando as violências à Funai - Fundação Nacional do Índio - e às Polícias Federal e Civil. No entanto, nenhuma medida protetiva foi adotada no sentido de prevenir e coibir os ataques contra a comunidade indígena. As lideranças afirmaram que estão cansadas de esperar que o governo federal conclua o procedimento de demarcação de sua terra e principalmente cansadas de serem alvejadas por pistoleiros. "Não aguentamos mais, será que nós mesmos vamos ter que tomar a decisão de nos defender com mais força? Será que precisaremos matar ou morrer para que olhem, respeitem e garantam os nossos direitos? Não aguentamos mais tanto sofrimento".

A comunidade de Pyelito Kue está residindo na antiga fazenda Cambará, às margens de uma estrada vicinal distante aproximadamente 35 km de Iguatemi/MS. No final de 2012, os indígenas divulgaram uma carta afirmando a decisão de resistir em suas terras até as últimas consequências, o que despertou a atenção da opinião pública nacional e internacional. Na ocasião, eles viviam na beira do rio Hovy.

O tekoha Pyelito Kue/Mbarakay foi identificado (por ESTUDOS DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO de um Grupo Técnico criado pela Funai) com 41.571 hectares de extensão como sendo de ocupação tradicional dos Guarani e Kaiowá. A terra em demarcação situa-se na Bacia Iguatemipecuá, próxima a reserva Indígena Sassoró. A fazenda Cambará, que foi retomada em fevereiro pelos indígenas e onde atualmente vivem, é apenas uma das várias propriedades incidentes sobre a área identificada como de ocupação indígena.

As lideranças indígenas, uma vez mais, pedem às autoridades proteção para ficar no seu tekoha (terra sagrada), solicitam agilidade no procedimento de demarcação, e exigem que se realize urgente investigação e punição dos responsáveis pelos atentados criminosos contra a comunidade de Pyelito Kue.

Campo Grande, 06 de abril de 2014.



Milagres dispensados

SÍTIO CIMI, 06.04.2014

Fatos marcantes na memória brasileira. O golpe militar, após meio século, ainda deixa rastros e entulhos autoritários nas estruturas e no modelo desenvolvimentista. Sem milagres, mas com a mesma mão de ferro, continua impondo projetos que agridem e desrespeitam as populações indígenas e tradicionais, especialmente na Amazônia. Se atualizam as Balbinas, Tucuruí, Itaipus, com Belo Monte, Jirau Santo Antônio, Tapajós... e dezenas de hidrelétricas no cronograma oficial.

As maiores vítimas do "milagre brasileiro" no período do general Garrastazu Médici (1969-1974) foram os povos indígenas. As grandes rodovias, hidrelétricas, mineração, rasgaram os territórios de dezenas de povos indígenas, desencadeando um processo de destruição e violência que deixou um rastro de milhares de mortos, comunidades inteiras destruídas pelo impacto dos projetos, das bombas, armas de fogo, epidemias, calados e condenados pela repressão e invisibilidade.

O mais grave é ter acontecido como se estivesse sendo feito um dever de casa, realizando uma ação patriótica. Prova disso é que até hoje não se viu esboçar nenhum gesto de reconhecimento das atrocidades e pedido de perdão aos povos indígenas, por parte do Estado brasileiro e seus mandantes. O mínimo que deveria estar acontecendo seria um reconhecimento dos crimes através de um gesto concreto de reparação, demarcando e protegendo os territórios indígenas.

Papa Francisco e o encontro com representantes do Cimi

Manhã do dia 4 de abril. Na agenda do Papa um singelo encontro com o presidente do Cimi, Dom Erwin Kräutler e o assessor teológico do Cimi, Paulo Suess. Na pauta do encontro, a questão indígena no Brasil. Na conversa é apresentada a situação candente de povos violentados em seus direitos, suas vidas, e suas almas. Realidades que o Cimi vem denunciando há mais de quatro décadas, mas que infelizmente persistem. Durante a audiência, os representantes do Cimi levaram a Francisco casos de violências a que estão submetidos os povos indígenas e seus aliados. Destacaram a questão Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul, onde o confinamento (45 mil indígenas) em área tão pequena traz consigo mortes, suicídios e sofrimento atroz e permanente... A truculência do governo brasileiro contra os Tupinambá, no sul da Bahia, que hoje têm em suas terras uma base do Exército, incêndio de casas, como a de um agricultor aliado dos Kaingang, no Rio Grande do Sul, e os ataques do agronegócio contra o Cimi e demais organizações. Um rosário de citações de um calvário e martírio sem fim. Os dados e números mostram que as veias abertas da América Latina, com os decretos de morte dos povos originários, continuam abertas. No Brasil não é diferente. O capital voraz, com apoio do governo e políticos, avança inexoravelmente sobre os territórios, riquezas e vidas dos povos indígenas. "Sobre os grandes empreendimentos, o bispo lembrou que hoje 519 obras causam impactos em 437 terras pertencentes a 204 povos indígenas,

CONT.



conforme relatório produzido pelo Cimi com base também em outros estudos”.

De acordo com Dom Erwin Kräutler, o Papa Francisco demonstrou atenção, preocupação e sensibilidade para com as questões levadas até ele pelo Cimi, organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Que a canonização de José de Anchieta seja um momento de lembrar também os santos e mártires da resistência, enfatizando o compromisso dos jesuítas na construção de um projeto de autonomia dos povos indígenas na “República comunista cristã dos Guarani”, conforme expressou Lugon. Quem sabe se tivesse algumas dúzias de Bartolomeu de Las Casas, a realidade no continente seria bem outra. Se Sepé Tiaraju e seus guerreiros Guarani, tivessem vencido os exércitos de Espanha Portugal, em Caeboté, bem diferente seria a América do Sul.

É de desconstruir mitos, dispensar milagres, reconhecer os santos e mártires, da construção de uma outra América e um outro Brasil. O Guerreiro Guarani Sepé Tiaraju, é venerado como santo, no Rio Grande do Sul. Resta reconhecer as terras e o direito dos Guarani e Kaingang para que vivam em paz, com dignidade e sabedoria milenar.

Que os gestos singelos do Papa Francisco, de dispensar milagres e receber os representantes do Cimi, sejam sinais de novos tempos de compromisso com a vida dos povos indígenas em nosso país.



Manifesto-Declaração do Movimento Xingu Vivo Para Sempre: Quando os rios nos ensinam a desconhecer fronteiras e continuar lutando

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.04.2014

Ao povo brasileiro,
à comunidade internacional,
a tod@s @s parentes que se importam com a vida

Havia um tempo em que o Xingu corria livre, liberdade que garantia a vida. Então decidem estrangular seu curso. Decidem levantar um paredão em seu leito, amarrar um torniquete em sua jugular e gangrenar seu sangue. Seguimos lutando...

Ao tomar o governo em 2003, as forças de esquerda em coalisão com partidos de centro, com a insígnia de que a esperança havia vencido o medo, prometeram iniciar um período em que poderíamos ter atendidas boa parte de nossas demandas históricas. Para nós, povos amazônidas, na aurora daqueles dias, já cuidavam de desengavetar o Projeto de Morte Belo Monte e possivelmente gestavam planos de emparedamento de nossos rios pelos quatro cantos de nossa Amazônia. Um duro golpe que não será esquecido. Retomamos em 2008 a aliança dos povos de nosso rio Xingu e bradamos um grito: "Xingu Vivo Para Sempre!" E seguimos na luta...

Percebemos que nessa dura luta, na qual elegemos um inimigo poderoso a fim de nos fazer mais fortes ainda, muitos preferiram adotar o Desenvolvimentismo como verdade absoluta e única solução para nossos males seculares. O círculo de poder em Brasília continuou a adotar os grandes projetos de morte como artimanha para oferecer solução a nossas seculares demandas por educação, saúde, moradia, segurança alimentar e tantas outras. Suportamos o cinismo dessas políticas, a ganância das empreiteiras, o avanço do agronegócio, aliados indispensáveis dos desmandos e mentiras dos governos em todos os seus níveis. Ainda assim, seguimos lutando...

Nos solidarizamos com os irmãos e irmãs do Rio Madeira em sua luta, ajudamos a denunciar crimes e demais atrocidades ambientais, judiciais e, sobretudo, sociais, que viriam com a construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau. Em plena cheia de 2014, as próprias águas do Madeira parecem gritar por socorro e anunciar para o mundo que megas construções desse tipo não serão facilmente suportadas por nosso bioma amazônico e muito menos pelas pessoas que aqui sobrevivem diante disso.

Sofremos duros golpes de um dos Poderes da República cuja missão principal é zelar pela justiça. O artifício jurídico da Suspensão de Segurança, forjado durante a Ditadura Militar, foi e continua sendo usado em tempos de "Democracia" para exatamente escarnecer desta e dos direitos dos povos por sua autodeterminação. A Constituição da República e a Convenção 169 da OIT nada representaram para a cúpula do Judiciário brasileiro, ao vermos acintosas decisões negar esse direito aos povos indígenas e populações tradicionais. Ainda assim

CONT.



seguimos lutando...

Quando pensávamos estar sozinhos, surge no cenário nacional um povo que atravessa duas bacias hidrográficas, desconhecendo fronteiras, antecipando-se, num movimento típico de guerreiras e guerreiros acostumados a grandes batalhas por seu território. O Movimento Munduku Iperê? Ayu cuidou de nos ensinar, com esse gesto solidário, que essa luta não é apenas nossa, mas de toda humanidade. Em momentos tensos de um suposto diálogo, onde o governo federal insiste em mentir para fazer prevalecer sua posição, esse povo guerreiro sofreu a dura repressão das forças policiais federais na Aldeia Teles Pires levando morte e destruição, depois no canteiro de obras de Belo Monte, em seguida na capital da República, e novamente em seu território, num claro sinal de que não se trata de um diálogo, mas de um monólogo no qual o governo insiste em ser o único protagonista. Apesar disso junto, e mais ainda, seguimos lutando...

Assim, essa luta nos ensinou que a dor não tem fronteiras, e a longa noite dos mais de 500 anos de opressão e ataque ao modo de vida de nossa gente amazônida está longe de passar. Nunca houve tanto sentido nas palavras de Che para quem "Não há fronteiras nesta luta de morte" e que não "vamos permanecer indiferentes perante o que aconteça em qualquer parte do mundo". Como povos das águas amazônidas seguimos lutando...

Aprendemos na luta a empunhar a verdade sobre os grandes projetos na Amazônia, em especial Belo Monte, e denunciarmos ao mundo as atrocidades que esta obra poderia e está a causar em nossa região. Enquanto reafirmávamos a possibilidade de outro modo de vida, que nada mais é do que o de nossos povos, o Governo brasileiro nos criminalizava e criminaliza. Enquanto reafirmávamos a vida, o Governo brasileiro nos impunha a morte de nossos rios. Enquanto dizíamos que é possível organizar-se para lutar em nome da liberdade de pensamento e da livre associação, o governo nos espionava e usava de práticas típicas da Ditadura Militar, sem que isso causasse qualquer incômodo à camarilha burocrata pró-barragem, que em boa medida foi vítima desse regime. Seguimos lutando...

Falamos ao mundo que Belo Monte não matou a resistência. Seu cimento não embotou todos os olhos, nem seu dinheiro comprou todas as consciências. Sua repressão não matou coragens nem calou bocas, suas mentiras não ensurdecaram todos os ouvidos. A resistência, a coragem, a verdade, a dignidade, a vida, nossos direitos não são negociáveis. É o que afirmamos em nosso caminhar de luta...

Aos críticos que se colocam a perspectiva derrotista, e dizem que Belo Monte é um fato consumado, que os paredões de concreto estão sendo erguidos e que, por fim, acabamos derrotados, o Xingu Vivo reafirma sua contrariedade ao projeto de morte que é Belo Monte, e diz que nunca esteve tão atual e pulsante o grito #PAREBELOMONTE, pois nenhuma hidrelétrica construída, em qualquer parte de nossa Panamazônia, representa uma sentença de absolvição dos crimes e outras violações perpetradas contra os povos do rio e da floresta. O eventual funcionamento de suas turbinas representa sim o escarnecimento da Constituição, dos direitos fundamentais, da democracia e da liberdade. Seguimos lutando...

E se Belo Monte não está só, se de outros rios se ameaça tirar a liberdade, se em outras

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 63./ 2014

Brasília, 07 de abril de 2014.

regiões se planeja exterminar a mata, a vida indígena, do pescador, do ribeirinho, dos peixes, dos animais, e onde tentarem plantar desconfiança, ganância, discórdia, fome, desesperança e medo, estaremos lá com nossa resistência, coragem, solidariedade e dignidade. Reafirmando sempre a autonomia dos povos de decidirem seu próprio destino, direito e posição incompatível com os projetos de morte encomendados para nossa Amazônia. É o que nos propomos em nossa luta...seguir lutando...

Seguiremos lutando pelo respeito à vida, à cultura, à livre organização socioeconômica e política dos povos indígenas, dos pescadores, dos ribeirinhos, das mulheres e dos homens do campo e da cidade. Reivindicaremos a harmonia dos povos originários e tradicionais, harmonia com os pássaros, com os peixes, com a floresta, com os rios, vivos para sempre.

Se os rios são as veias da nossa terra, onde houver quem os queira estancar, lá estará a nossa luta. Como homens e mulheres das águas, onde houver quem queira lutar, lá levaremos nosso apoio e a eles pediremos solidariedade. Nunca esteve tão atual nossa aliança Xingu, Tapajós, Madeira e Teles Pires. Assim como os rios não conhecem fronteiras, não haverá fronteiras para a defesa do nosso direito de decidir nossos destinos. A luta nunca termina, pois como um velho sábio já nos ensinou "a luta é como um círculo, se pode começar em qualquer ponto, porém nunca termina".

Seguir lutando sempre!

#PAREBELOMONTE #TAPAJÓSSSEMBARRAGENS #PELAAUTODETERMINAÃODOSPOVOS

Altamira-PA, 04 de abril de 2014

Movimento Xingu Vivo para Sempre

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Dion Monteiro.



Profissionais Indígenas de Saúde são reconhecidos no DSEI Leste de Roraima
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.04.2014

Este é mais um passo importante na formalização e reconhecimento dos Profissionais Indígenas de Saúde, de acordo com a Política Nacional de Saúde Indígena e as deliberações das cinco conferências realizadas desde 1987. A formação e atuação destes profissionais como Agentes Indígenas de Saúde Bucal foi implementada desde o ano 2000 até 2009 através do convênio executado pelo Conselho Indígena de Roraima com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), juntamente com as demais categorias de Agente Indígena de Saúde, Agente Indígena de Microscopia, Agente Indígena de Endemias e Agente Indígena de Saneamento. Em 2007 foi elaborada pelo CIR e aprovada pelo CONDISI, ETSUS, CIB, CES e MEC também a proposta e o orçamento para a realização de um curso para formação de Técnicos de Higiene Dental Indígenas, juntamente com o curso para Técnicos de Enfermagem Indígenas, o que até hoje não foi operacionalizado pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), atual gestor da saúde indígena no governo federal. Veja a notícia abaixo. (PDM)

Indígenas recebem carteira profissional do CRO-RR para atuar no DSEI Leste de Roraima

ro - índios e saúdeFolha de Boa Vista

Seis indígenas que moram na região do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Leste receberam carteiras profissionais do Conselho Regional de Odontologia de Roraima como auxiliares em saúde bucal. Todos eles já atuavam desde o ano 2000 nas comunidades onde vivem, nos municípios de Pacaraima e Uiramutã, como agentes indígenas de saúde bucal, mas com o registro profissional do conselho, oficializam sua situação funcional.

Em 2012, o Conselho Federal de Odontologia autorizou, em caráter excepcional, a conceder a inscrição como auxiliares em saúde bucal, a indígenas que receberam capacitação nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas.

Os indígenas já atuam na função desde meados de 2000, e vinham sendo capacitados pelos cirurgiões dentistas e receberam treinamento entre os anos de 2007 e 2008, mas a falta do registro junto ao Conselho Federal de Odontologia (CFO) impedia suas contratações por meio de convênios.

Pela decisão do CFO, os auxiliares poderão atuar exclusivamente nas comunidades indígenas que compõem o DSEI, e para obter o registro precisaram passar por uma prova de capacitação e apresentar uma declaração emitida pelo cirurgião-dentista.

O cirurgião-dentista Josvaldo Viana, responsável técnico pelo Programa de Saúde Bucal do DSEI Leste, explicou que essas pessoas davam suporte aos cirurgiões-dentistas que chegavam às comunidades indígenas. "Eles acabavam aprendendo na prática com os profissionais e, no decorrer desse período, receberam capacitação teórica", disse.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 63./ 2014

Brasília, 07 de abril de 2014.

Com a decisão do CFO, essas pessoas terão também ganhos financeiros. De acordo com Josvaldo, até então, eles ganhavam um salário mínimo e passam a receber uma média de R\$1.500,00 por meio de convênio com a Missão Evangélica Caiuá, responsável pela contratação de recursos humanos para o DSEI. "A decisão do CFO nº 7/2012 regulamenta a situação desses profissionais, oficializa suas inscrições", reforçou.

O presidente do Conselho Regional de Odontologia de Roraima, Rodrigo Matoso, frisou que essa é uma exceção que o CFO concedeu e que a legislação permite o exercício apenas dentro das áreas indígenas a que estão vinculados. "É um avanço grande para essas comunidades, que contam com profissionais que entendem de seus costumes, seus hábitos, o que facilita o exercício da Odontologia", declarou.



O Santo do Pau Oco, por José Ribamar Bessa Freire

SÍTIO TAQUI PRA TI, 06.04.2014

Que Nhanderu me perdoe, mas não consigo me alegrar com a canonização de Anchieta decretada na quinta-feira pelo Papa Francisco. Enquanto a cerimônia era celebrada lá no Vaticano, aqui no Brasil os sinos das igrejas bimbavam festivamente, sem que as badaladas tocassem meu coração. Bem que me esforcei para compartilhar o júbilo de meus compatriotas com "o terceiro santo do Brasil". Inutilmente.

A incapacidade de participar da comunhão nacional gera um angustiante sentimento de exclusão. Já havia acontecido comigo na morte de Tancredo Neves espetacularizada pela mídia. O Brasil inteiro em prantos e eu, de olhos secos, coração endurecido. Só chorei a morte de Ulisses Guimarães, o homem que enfrentou os cães da polícia e que tinha nojo da ditadura.

Mas por que não festejar o novo santo? Porque creio que ele é do pau oco. A expressão usada aqui como metáfora não pretende desrespeitar a fé de ninguém. Acontece que para alguém ser santo, precisa comprovar pelo menos dois milagres. Anchieta foi dispensado disso pelo 'poder de chave' do Papa que usou o *sensus fidelis*, isto é, o sentimento dos fiéis, entre os quais estão minhas nove irmãs. Porém, como a sabedoria popular já comprovou que santo de casa não faz milagre, não é por isso que ele é do pau oco. É por causa do contrabando, do que está por trás da canonização.

Santo do pau oco - nos ensina Câmara Cascudo em seu *Dicionário do Folclore Brasileiro* - se refere às "imagens de santos, esculpidas em madeira, que eram ocas e vinham de Portugal cheias de dinheiro falso". Essas estátuas, de diversos tamanhos, serviam também para contrabandear ouro e pedras preciosas. Sendo o poder da religião incomensurável, os fiscais não tinham coragem de abrir o santo para checar a muamba que continha. Se é assim, cabe perguntar: qual é o contrabando trazido de Roma com a canonização de Anchieta?

Devagar com o andor

É preciso abrir a imagem do novo santo para verificar o que ela esconde em seu interior. O diretor da Faculdade de Teologia da PUC/SP, padre Valeriano Costa, deu uma pista, quando definiu que a canonização "é uma grande oportunidade para a Igreja cultuar esse santo e se lembrar de alguns dos valores que pregava" (*O Globo*, 04/04/14). O que se está canonizando com Anchieta, portanto, é o trabalho missionário de catequização, conversão e "civilização" dos povos indígenas.

É disso que se trata. Dentro da imagem do santo, estão os valores da catequese empreendida pelos jesuítas sob os auspícios da Coroa de Portugal. Segundo o historiador Gabriel Bittencourt, autor de um livro sobre Anchieta, ele foi "um homem que soube lidar de forma diplomática com os índios, aprendeu o tupi-guarani, escreveu a primeira gramática da língua e estudou as crenças para montar peças teatrais que ajudassem os nativos a entender as lições

CONT.



de catecismo".

Onde vais tão apressado, periquito tangedor? Devagar com o andor, que o santo é de barro. Os meios usados por Anchieta nem sempre foram diplomáticos, como comprovam as cartas que ele escreveu, algumas delas publicadas em agosto de 1980 pelo Porantim, jornal do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) editado, na época, em Manaus. Numa delas, Anchieta trata os Tupinambá como "inimigos carniceiros" e se rejubila por haver conseguido jogar os índios uns contra os outros nos conflitos entre portugueses e franceses:

"E foi coisa maravilhosa que se achavam e encontravam a flechadas irmãos com irmãos, primos com primos, sobrinhos com tios e mais ainda dois filhos que eram cristãos e estavam do nosso lado contra seu pai que estava contra nós".

A representação dos índios no discurso de Anchieta pode ser avaliada nos versos do poema épico "De gestis Mendi de Saa", escrito em latim para elogiar o poder na pessoa do governador-geral Mem de Sá. Lá os índios são "lobos vorazes, furiosos cães e cruéis leões que nutriam o ávido ventre com carnes humanas". Estes índios "selvagens e animalescos" abandonaram Deus e precisavam ser catequizados para escaparem "das garras de Satanás".

O inquestionável trabalho de Anchieta no campo da linguística, longe de servir para reconhecer as culturas indígenas, foi usado para destruí-las. A gramática que ele fez da língua geral se tornou ferramenta eficaz para veicular valores que negavam e satanizavam as religiões locais, o pensamento, a cosmovisão e os saberes indígenas. Suas peças de teatro, de caráter pedagógico, encenadas pelos índios catequizados, classificaram como "demônios" os personagens da mitologia tupi, condenando o fumo, a medicina indígena, as malocas coletivas, o cauim e os rituais.

O santo é de barro

Se a canonização de Anchieta serve para fazer a apologia da catequese, então estamos mesmo diante de contrabando. O catolicismo guerreiro, arrogante, só admitia um caminho para Deus: o de Roma. As religiões indígenas foram desprezadas, perseguidas, extirpadas a ferro e fogo.

Outro jesuíta, o padre Antônio Vieira, defendeu a catequese como única via para transformar o "índio bárbaro", considerado tábula rasa, folha de papel em branco. O missionário era o escultor que daria feições humanas aos índios:

- É uma pedra, como dizeis, o índio rude? Pois trabalhai e continuai com ele. Aplicai o cinzel um dia e outro dia; dai uma martelada e outra martelada e vereis como dessa pedra tosca e informe fazeis não só um homem senão um cristão e pode ser um santo - escreveu Vieira.

Apesar da quantidade massiva de mártires indígenas, não se tem notícias de nenhum deles declarado santo, oficialmente reconhecido pela Igreja, mas o barulho de algumas "marteladas" chegaram até os dias de hoje, com notícias sobre as violências cometidas contra os índios, cujas religiões eram consideradas como "superstições", perseguidas pela intolerância.

CONT.



O resultado da catequese foi avaliado por outro jesuíta brilhante, João Daniel, que viveu 16 anos na Amazônia (1741 a 1757) e relatou suas andanças. Os castigos corporais sistemáticos e o batismo não criaram os cristãos que Anchieta e Vieira queriam: "a religião ficou pouco intrinsecada no coração dos índios", com uma "fé morta no uso das cousas sagradas e na pouca reverência aos sacramentos". Segundo João Daniel, os índios gostavam muito "de medalhas, de verônicas, de escapulários, mas não era por respeito e devoção" e sim para "com eles enfeitar seus macacos e cachorrinhos, atando-lhes ao pescoço".

A muamba que vem escondida dentro do novo santo é essa: um contrabando ideológico, que faz a apologia da prática missionária de Anchieta, sem o menor senso crítico, quando o próprio CIMI, em sua 3ª Assembleia Geral realizada em Goiânia, em julho de 1979, produziu um documento final, assinado também pelos luteranos ali presentes, que diz tudo no seu primeiro parágrafo:

"Reconhecendo os erros que cometemos como Igreja na nossa atuação missionária junto aos povos indígenas, pedimos perdão a eles e a Deus". O CIMI se compromete a mudar sua prática e a respeitar as religiões indígenas "que inclui assumir necessariamente os mitos e a vida religiosa através dos quais cada povo recebe a Revelação de Deus".

Anchieta é um dos responsáveis por esses erros. Foi um fiel servidor do sistema colonial, ao contrário de Bartolomé De Las Casas, o dominicano espanhol que na mesma época ousou romper com o sistema. Anchieta pode até ser santo, desde que venha sem esse contrabando. E mesmo assim jamais será santo para os índios. Canonizá-lo para reforçar essas práticas é um retrocesso, uma reafirmação daquilo que o sociólogo Anibal Quijano chama de colonialidade, que é mais profunda e duradoura do que o colonialismo. Esse santo quer reza. De mim, não terá nenhuma.



Mesmo reconhecido, Cafundó tem muitas dificuldades

SÍTIO CRUZEIRO DO SUL, 06.04.2014

Neimar Lourenço Nascimento dos Santos, responsável pela Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (Conaq) e membro do quilombo Caçandoca, situado no litoral norte, próximo a Ubatuba, reclama da situação e lembra que nem mesmo no Cafundó, que já conseguiu o reconhecimento, está tudo resolvido. "A comunidade está parcialmente titulada", lamenta. Devido a esse fato, os moradores daquela localidade ainda sofrem com a falta de saneamento básico, escola e transporte, elenca Neimar. "Não chegou nada lá ainda. As políticas públicas do governo, do Brasil Quilombola, e a educação diferenciada pela Lei 10.639 não é aplicada, enfim, eles estão sem o básico para a dignidade do ser humano", diz.

Outro fato que dificulta o acesso aos direitos é que a maioria dos quilombolas não sabe como está a situação de sua comunidade. "É tudo muito obscuro, além disso nós também somos leigos no assunto. É difícil acompanhar esses trâmites jurídicos. Essa mesa de discussões é importante pois estaremos acompanhando tudo, com a presença do Ministério Público, com a ajuda de defensores públicos. Tem comunidades que tem advogados também", afirma.

Neimar explica que o principal para as comunidades é o reconhecimento. "Primeiro enfrentamos a demora no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), depois outra etapa que leva anos é para que sejam publicadas as titulações. Só o RTID não titula o território".

Criada em 1996, após o primeiro encontro das comunidades quilombolas do Brasil, há 18 anos, a Conaq representa as comunidades em nível nacional. "A gente tem uma secretaria em Brasília e temos coordenadores executivos dentro das mesas permanentes de regularização fundiária", explica Neimar, que entre outras conquistas do Conaq cita a criação do primeiro Conselho de Educação Quilombola do país, instalado no Estado de São Paulo.

Neimar, que esteve presente na reunião, também espera que o que foi acordado durante o encontro seja realizado. Durante a reunião, o Incra se propôs a algumas soluções. Conforme João, foi falado que primeiro se não der para fazer o RTID inteiro, que seja feita uma parte. "O Incra também disse que está vendo a possibilidade de contratação, para aumentar a capacidade da equipe. Ainda será apresentada pra gente a tabela do último encaminhamento de cada comunidade. E da parte das comunidades nós iremos monitorar o dinheiro público", diz o quilombola.

Durante o encontro foi proposto a resolver a dificuldade da demarcação de territórios usando mapas. "Alguém disse que bastaria pegar o antigo e verificar diante do novo, mas o Incra respondeu que não é tão simples assim para reconstituir uma escritura antiga", disse João. Essa é a segunda reunião da mesa de discussões aberta em São Paulo para falar a respeito da situação das comunidades quilombolas no Estado. Durante a reunião ficou acertado um próximo encontro para o dia 3 de junho, às 14h. Para essa reunião serão convidados os

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 63./ 2014

Brasília, 07 de abril de 2014.

prefeitos das cidades envolvidas. "A mesa será bimestral, com a ideia de levar quatro comunidades, onde será discutida a sua situação judicial", comenta Neimar.

As metas são resolver as situações das comunidades Cangume (Vale do Ribeira), Pilar do Sul e Carmo (São Roque), até o final de 2014. Durante o encontro também ficou acertado que será feito um trabalho com Os Camargo também. O Incra ainda anunciou que para 2015 serão acertadas as situações de mais seis comunidades. Para que seja mais ágil, as questões de algumas comunidades serão resolvidas em parceria com o Itesp.

Desde o dia 16 de março, o jornal Cruzeiro do Sul tem publicado todos os domingos reportagem sobre o quilombo Os Camargo, como forma de mostrar um recorte da história dos negros e da situação dos quilombolas no Brasil. A série termina neste domingo.



Time Indígena Gavião Kyikatejê é Rebaixado No Campeonato Paraense

SÍTIO ORFURY, 07.04.2014

SÃO PAULO - Não durou muito a aventura do Gavião Kyikatejê, primeiro time de futebol formado por índios no País, na primeira divisão do futebol paraense. Depois da derrota de 2 a 1 para o Remo, no Estádio Zinho Oliveira, em Marabá-PA, neste domingo, a equipe acabou rebaixada com uma rodada de antecipação.

Time Indígena Gavião Kyikatejê é Rebaixado No Campeonato Paraense - Esportes - Futebol Facebook/ReproduçãoGavião Kyikatejê não conseguiu vitórias no Paraense

Em 13 jogos disputados na competição, o time da tribo Kyikatejê não conseguiu nenhuma vitória, empatou sete vezes e foi derrotado em seis ocasiões. O Gavião Kyikatejê se despede do torneio no próximo domingo, quando enfrenta o Santa Cruz em Marabá.

Apesar do fraco desempenho dentro das quatro linhas, o Gavião fez história no futebol nacional, já que foi o primeiro time indígena a disputar uma partida na primeira divisão. No jogo de estreia contra o Paysandu, no dia 12 de janeiro, foi cantado o hino brasileiro na língua Jê e ainda ocorreu uma demonstração de corrida de toras para o público presente.

Quem também fez história foi o atacante Aru, de 24 anos, índio da tribo, que fez o primeiro gol da equipe na elite do estadual, na derrota para o Papão da Curuzu por 2 a 1.



Boletim de Notícias - Edição nº 63./ 2014

Brasília, 07 de abril de 2014.

Bom Dia Amazônia: indígenas de RR realizam festival de artesanato

SÍTIO G1, 07.04.2014

Cerca de 300 panelas de barro e outros itens foram expostas no evento

Os indígenas da Raposa Serra do Sol I, em Roraima, realizaram a segunda edição da festa das Panelas de Barro e a equipe de reportagem do Bom Dia Amazônia esteve na comunidade para acompanhar o evento.

Foram expostas mais de 300 panelas de barro, além de outros itens do artesanato local, todos confeccionados pelos indígenas da região. A ideia do evento é garantir a continuidade da tradição dos índios Macuxi.



Índios Karitianas protestam contra IML de Porto Velho

SÍTIO RONDÔNIA VIP, 07.04.2014

Na semana passada, o Ministério Público Federal expediu uma recomendação ao Instituto Médico Legal (IML) de Porto Velho para que não faça a necrópsia no índio Ismael Taodereka Karitiana.

O motivo seria o protesto de membros da tribo Karitiana, grupo qual Ismael pertencia, que afirmam que tal procedimento desrespeita sua cultura tradicional, para os quais, aberto o corpo, condena-se a alma do indígena falecido e que, por tais motivos estão protestando em frente ao IML de Porto Velho, para que não seja realizado o procedimento pericial.

Diante disso, o procurador da República de plantão, Daniel de Jesus Sousa Santos assinou o documento no qual recomenda que não existindo qualquer outra suspeita/indício de crime, que expeça declaração de óbito independentemente da realização de perícia (autópsia) do indígena Karitiana Ismael Taodereka Karitiana e não proceda a qualquer outra intervenção no corpo do indígena acima mencionado sem antes comunicar aos parentes e a este órgão ministerial.

O MPF fixou o prazo de cinco dias úteis, contados a partir do recebimento, para prestação das informações sobre o acatamento ou não das medidas recomendadas.



Caarapó divulga calendário esportivo de 2014

SÍTIO A GAZETA NEWS, 07.04.2014

O prefeito de Caarapó Mário Valério (PR), em companhia da secretária de Educação e Esportes, Ieda Maria Marran e do chefe do Departamento de Esportes e Lazer, Paulo Roberto de Souza, definiram na semana passada, o calendário esportivo de 2014. Conforme o documento, aprovado pelo executivo caarapoense o ano será repleto de atividades, contemplando diversas modalidades esportivas.

Conforme Paulo Roberto de Souza, além do 12º Campeonato Intervilas de Futebol de Campo, que teve início no dia de ontem (6), o calendário terá as seguintes competições: Seletiva do JEMS 2014 (Abril); 9ª Copa Integração de Basquetebol Masculino (Maio); Campeonato de Futebol de Campo Sub-15, em parceria com LEC e Fundesporte; 2ª Copa Integração de Voleibol Masculino e Feminino (maio); 1º Campeonato Municipal de Snooker Bar (maio a julho) e 2º Campeonato Intervilas de Snooker Bar (outubro a dezembro); 5ª Copa Inverno de Futvôlei (julho); 4ª Copa do Interior Futsal Feminino Adulto (Caarapó, Maracajú, Nova Andradina e Guia Lopes da Laguna), agora em abril.

Estão garantidas também no calendário a 10º Campeonato de Futebol Suíço dos Funcionários Públicos e Municipais (abril); 9º Campeonato de Futebol Suíço da Zona Rural (Serrito, Moacir Frenhan, Cristalina e Sede) (maio a junho); Semana dos Povos Indígenas(abril); 8º Copa Vale Da Esperança De Futsal (agosto) em parceria com a LEC (Liga Esportiva Caarapoense); Basquete de Três (maio) em parceria com a Federação de Basquete de Rua; Corrida dos Trabalhadores (maio); 2ª Caarapó Skate Board (agosto); 1ª Etapa dos Jogos Escolares "JOESC" (junho); JEMS – Modalidades – Basquetebol, Voleibol, Futsal e Handebol nas cidades de Ponta Porã, Chapadão do Sul e Anastácio (junho a julho); 13º Campeonato Master (julho).

Completam o calendário esportivo de 2014 o JOERE (Jogos Educacionais da Rede Estadual (agosto); 3º Passeio Ciclístico Educativo de Caarapó (agosto), em parceria com o Sindicato Rural e a Raízen; Copa Conesul de Voleibol de 2014 (agosto); 7º Super Copa Zenn de Futsal Pré Mirim, Mirim Infantil masculino e feminino (setembro); Campeonato Amador (outubro), em parceria com a LEC (Liga Esportiva Caarapoense); 2ª Corrida de Rua de Caarapó – 10 km e 5 km (novembro), em parceria com a Academia Atlético Fitness; 1ª Copa Master de Basquetebol (outubro); 2ª Etapa dos Jogos Escolares (JOESC), em novembro; Open Caarapó de Jiu Jitsu (novembro); 1º Torneio Encerramento das Atividades das Escolinhas 2014 (dezembro).

A secretária Ieda Marran disse que este ano, a divulgação do calendário esportivo demorou um pouco devido à grande demanda de modalidades existentes no município. "Nos últimos anos surgiram novos esportes e com isso seus adeptos terminam procurando a administração municipal, afim de que possam ter também o seu espaço. Nossa recomendação é que a população possa aproveitar da melhor maneira possível todas as atividades esportivas previstas para este ano" comentou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 63./ 2014

Brasília, 07 de abril de 2014.

O prefeito Mário Valério disse que os recursos para a realização dos eventos previstos no calendário estão garantidos, cujo orçamento foi aprovado após avaliar com atenção cada competição. “Após avaliarmos cuidadosamente as competições, estamos abrindo definitivamente as atividades esportivas de 2014, as quais foram programadas para atender o maior número de modalidades possíveis”, disse.

Mais informações no Departamento de Esportes e Lazer.

Fonte: Assessoria Prefeitura



Violação dos direitos indígenas

SÍTIO GAZETA DIGITAL, 07.04.2014

A situação dos povos guaranis e guarani-kaiowás de Mato Grosso do Sul ganha um novo fato. O papa Francisco e o presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), dom Erwin Kräutler, se reuniram no Vaticano, para discutir as violações aos direitos indígenas no Brasil. O encontro aconteceu na última sexta-feira e os representantes da entidade indigenista ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) relataram ao líder mundial da Igreja Católica casos de violência contra as comunidades indígenas em especial dos povos guaranis e guarani-kaiowás. Como se sabe, há muito tempos eles vivem em áreas consideradas insuficientes para suas necessidades.

A disputa pelas terras com os grandes fazendeiros já rendeu muitos atos de violência e mortes. O caso que foi parar na Justiça, tem imensos contornos políticos. Porém, uma solução parece cada vez mais distante.

Dom Erwin entregou ao papa um documento no qual a entidade indigenista denuncia, entre outras coisas, que as agressões contra os índios são promovidas por grupos privados, em aliança com o governo federal. Ou seja, o governo federal mais uma vez é acusado de colaborar com os fazendeiros na violação dos direitos indígenas. De acordo com a denúncia, grupos políticos e econômicos relacionados com a agroindústria, a mineração e construtoras, com apoio e participação do governo brasileiro, tratam de revogar os direitos territoriais dos povos indígenas. É mais uma denúncia séria que precisa ser esclarecida,

Segundo dados do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ao menos 437 terras pertencentes a 204 comunidades indígenas sofrem com os impactos de grandes empreendimentos. Cita como exemplo a construção de usinas hidrelétricas como a de Belo Monte, no Pará. A entidade indigenista afirma, ainda, que entre os povos afetados por tais projetos estão grupos em situação de isolamento voluntário.

O documento também trata dos conflitos resultantes da disputa por terras entre índios e produtores rurais, no sul da Bahia e no interior do Rio Grande do Sul, e menciona a situação dos povos indígenas do Vale do Javari - sudeste do estado do Amazonas -- que, de acordo com o Cimi, não recebem a devida assistência médica e sucumbem a surtos de hepatite e de outras doenças contagiosas.

Ou seja, é uma espécie de dossiê da realidade indigenista brasileira. Realidade essa que, é sempre bom destacar, não é nem um pouquinho nova. Os direitos indígenas são desrespeitados e violados há décadas, sem que algo seja feito no sentido de reverter a situação. Os interesses econômicos e políticos sempre falam mais alto.



Curso de formação para professores indígenas deve iniciar em julho

SÍTIO AC 24 HORAS, 07.04.2014

O curso de formação de professores indígenas deverá iniciar em julho deste ano, segundo anunciou o governador Sebastião Viana durante encontro com lideranças indígenas da Organização dos Professores Indígenas do Acre e a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre.

No encontro o governador e as lideranças discutiram políticas públicas para a educação escolar. O encontro aconteceu no sítio da Comissão Pró Índio (CPI).

A formação de professores indígenas é uma das principais reivindicações da organização. Para os representantes da educação indígena, essa é uma atitude essencial, principalmente para a preservação dos costumes e valores tradicionais de cada povo.



Francisco convida Ervin Kräutler, bispo do Xingu, como colaborador na elaboração da encíclica sobre ecologia
SÍTIO CIMI, 07.04.2014

Erwin Kräutler, bispo de origem austríaca, missionário no Brasil, foi chamado pelo Papa Francisco para ajudá-lo na redação da próxima encíclica sobre os pobres e o cuidado do ambiente, como ele mesmo informou na entrevista concedida ao Orff Journal. A notícia foi divulgada pela agência KathPress.

A informação é de Maria Teresa Pontara Pederiva, publicada por Vatican Insider, 06-04-2014. A tradução é da IHU On-Line.

Kräutler, nascido em Hohenems (Vorarlberg), em 1939, primogênito de seis irmãos, pertence à Congregação dos Missionários do Preciosíssimo Sangue. Depois dos estudos de filosofia e teologia em Salzburg, em 1965 partiu como missionário na Amazônia e em 1980 foi nomeado bispo na maior diocese, em extensão geográfica, do Brasil: a diocese de Altamira-Xingu, tornando-se bispo auxiliar do seu tio Eurico, e, um ano depois, o seu sucessor.

De 1983 a 1991, Kräutler foi presidente do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Em 2006, quando D. Gianfranco Masserdotti, presidente em exercício morreu num acidente, Kräutler foi reconduzido à presidência do Cimi.

Em 1997 foi um dos quinze delegados eleitos para participar do Sínodo para a América e naquela ocasião foi o porta-voz do povo brasileiro cujo território estava sendo brutalmente saqueado.

Sempre na primeira linha na defesa das populações locais ameaçadas pelo desmatamento ao longo dos rios da Amazônia, o bispo austríaco recebeu, em 2010, o Prêmio Nobel alternativo “pelo seu compromisso a favor dos direitos humanos das populações indígenas e pela sua luta pela conservação da floresta pluvial na Amazônia”.

Muitas vezes ameaçado de morte (em 1987 sobreviveu a um atentado onde foi morto o seu motorista), continuou a se posicionar ao lado das populações na defesa da dignidade humana e do ambiente da Amazônia.

A relação pobres-ambiente, muito cara a Papa Francisco desde o início do seu pontificado, para o bispo Kräutler é algo que está presente na sua ação cotidiana com a mais genuína Teologia da Libertação: a sua luta é contra a pobreza para que seja garantido a cada pessoa um trabalho e um salário justo acompanhado da promoção do reconhecimento dos direitos fundamentais, como a saúde e a defesa do território.

Kräutler, que no próximo mês de julho completa 75 anos, provavelmente apresentou ao papa
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 63./ 2014

Brasília, 07 de abril de 2014.

Francisco, na audiência da última sexta-feira, 5-04-2014, a sua demissão. Os temas da audiência foram, segundo Orf, os direitos dos povos indígenas, as ameaças a que são submetidos os povos indígenas com a construção das grandes barragens, os impactos e as consequências da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e algumas propostas para enfrentar a falta de padres numa diocese que tem a extensão geográfica equivalente à Alemanha. Kräutler informou que o Papa esperava dele “propostas corajosas e audazes”.

Sobre a encíclica, se de um lado a nomeação de Kräutler (em alemão se fala de “Mitautor”, isto é, co-autor, mas na realidade tratar-se-á de uma colaboração estreita) faz pensar na articulação que o Papa Bergoglio reconhece entre o cuidado da criação e a promoção da justiça (são os pobres que sofrem as mais dramáticas consequências), como o Papa lembrou na recente entrevista aos jovens flamengos, por outro lado, trata-se de um sinal que a redação da encíclica está em curso, ou, pelo menos, em fase de estudos.



Na falta de estrutura, Guta Assirati, presidente interina, tenta suprir com simpatia o esvaziamento da Funai

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.04.2014

Por Cynara Menezes, em CartaCapital

Como se vê na foto menor em que aparece o cacique Raoni, os índios costumam olhar para Maria Augusta Assirati, a atual e ainda interina presidente da Funai, como se ela fosse uma versão contemporânea de Iracema, a virgem dos lábios de mel do romance de José de Alencar. Infelizmente, Guta não exerce o mesmo fascínio sobre os ocupantes do Palácio do Planalto. Enquanto a presidente da Confederação Nacional da Agricultura, a senadora Kátia Abreu, crítica contundente do trabalho dos indigenistas, teve ao menos quatro audiências com Dilma Rousseff nos últimos 12 meses, a responsável pela Funai só foi recebida uma única e escassa vez pela presidenta. E há nove meses espera em vão sua efetivação no comando da fundação.

A advogada paulistana de 37 anos tenta manter o sorriso quando pergunto se o fato de não ter sido efetivada é um sinal claro do esvaziamento do órgão. "Ter um presidente efetivo, passar por uma situação de estabilidade, seria um reconhecimento importante", desconversa. Insisto: os indígenas estão entre as prioridades do governo? "Na verdade, os índios nunca foram prioridade de governo algum. Há 500 anos é assim."

Guta assumiu a Funai em junho passado, em substituição à antropóloga Marta Azevedo, primeira mulher a ocupar o cargo, que alegou problemas de saúde para deixar a Funai. Em outubro, em uma entrevista ao blog de Felipe Milanez, no site da CartaCapital, atribuiria à atual política indígena as causas de seus males. "Fiquei com um problema sério de saúde, uma doença autoimune, que pode ser debitada na conta dos ruralistas. Se não fossem eles, muitos indígenas estariam vivos e eu estaria saudável."

Especializada em Direito Público, Guta nunca tinha se dedicado à questão indígena até trabalhar na fundação (antes de assumir a presidência interina, ela ocupou a Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável). "Conhecer os povos indígenas e a sua luta dá a oportunidade ou de ser picada pelo mosquito da causa, e aí você se envolve de uma maneira muito intensa, ou de não ter nenhuma identificação. Eu me identifiquei muito rapidamente, fui picada."

funai guta

Nos bastidores, consta que Guta faz muito sucesso entre os índios, não exatamente pela atuação destacada no comando de um órgão esvaziado, e sim pela beleza morena. Segundo uma funcionária da Funai, os índios sempre saem do gabinete da presidência com sorrisos nos lábios. Ela ri da história e atribui essa satisfação à sua opção de sempre falar a verdade. "Índio não mente, então eu também não minto para eles. Acho horrível prometer alguma coisa e depois não poder cumprir."

CONT.



Ser mulher e jovem a transformou em alvo de ataques machistas dos inimigos das causas indígenas. Para provocá-la, um blog apócrifo chegou a divulgar um poema seu, da juventude, seguido de comentários jocosos. O poema diz: Fiz do verso a alegoria de meus medos/ da palavra, a fantasia dos dias/ em que eu, nua, vestia preto. A presidente da Funai diz que a apelação ao machismo "não é infrequente" e afirma pretender processar o autor do blog tão logo descobrir de quem se trata.

Segundo o cacique caiapó Megaron Txucarramãe, nem ele nem seu tio Raoni tiveram muito contato com a presidente da Funai, por isso ele prefere não opinar a respeito de sua atuação. Queixou-se apenas do fato de Guta não ter comparecido a uma reunião na aldeia Piraçu, no Xingu, para a qual foi convidada, em março. Megaron não poupa, porém, a fundação. "Ela tem que ajudar índio, mas até agora está fraquinho, a Funai está muito fraquinha. Não é igual antigamente, que estava presente na aldeia."

Para as lideranças, foi equivocada a reestruturação da fundação em 2010, quando os postos nas reservas foram fechados e o atendimento passou a ser centralizado nas cidades. "Agora o índio precisa ir nas coordenações regionais, que são muito longe e não têm estrutura", afirma Megaron. A própria presidente da Funai reconhece: é preciso reaproximar o órgão dos índios. "Queremos descentralizar ainda mais, com unidades próximas às terras indígenas."

De maneira geral, a opinião dos índios sobre a presidente da Funai é semelhante: "uma boa pessoa", mas à frente de uma estrutura fraca e desprestigiada. A reestruturação, aliás, foi vista na época como uma tentativa do governo de reduzir o papel do órgão. Os rumores sobre a provável extinção da fundação, criada em 1967 em substituição ao Serviço de Proteção ao Índio, volta e meia reaparecem e não escaparam aos ouvidos de Guta. "Também ouço", ela diz, e deixa transparecer um certo desânimo. "Mas não acredito. Acho que a Funai só iria acabar se deixasse de haver indígenas no Brasil." Pergunto se são os ruralistas os maiores inimigos dos índios hoje em dia. "Eu diria que é a ignorância e o preconceito. A sociedade brasileira precisa conhecer muito sobre os indígenas para poder compreendê-los."

O governo Dilma Rousseff foi o que menos demarcou terras indígenas desde a era Fernando Henrique Cardoso. Segundo o Conselho Indigenista Missionário, sob os petistas aumentou a média de nativos assassinados: 56,5 por ano na gestão Lula e 54 no governo Dilma, ante 20,8 por ano nos tempos de FHC. A dirigente da Funai ensaia uma explicação: o maior número de demarcações feitas nos anos 1990 foram na Amazônia Legal, enquanto aquelas que ainda faltam são em regiões com muito mais conflitos e em áreas mais ocupadas.

O fato não exime Brasília de críticas. "O governo poderia ter mais instâncias para acolher o contato com os indígenas", defende. "Esta nunca foi uma pauta tranquila, sobretudo no aspecto fundiário, e hoje vivemos um momento difícil. A bancada ruralista está muito forte no Congresso e é um setor contra o regime de demarcação. O caminho para consolidar a política indigenista tem de ser definido agora."

Se quiser sobreviver na Funai, Guta precisará incorporar o espírito guerreiro das florestas.



Hánaiti Ho' Únevo Têrenoe: Grande Assembleia do Povo Terena, de 7 a 10 de maio

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.04.2014



Hánaiti Ho' Únevo Têrenoe, a Grande Assembleia do Povo Terena, será realizada na Aldeia Babaçu, da Terra Indígena Cachoeirinha, em Miranda, Mato Grosso do Sul, de 7 a 10 de maio de 2014. Veja, abaixo, a Programação detalhada.

Dia 07 – Quarta-feira

17:00 hs – chegada

19:00 hs – Abertura e noite cultural:

Mesa das lideranças indígenas

Momento de reza tradicional – Dança Kohixoti Kipáe / Dança Siputrema

Vídeos – Imagens da luta do movimento indígena

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 63./ 2014

Brasília, 07 de abril de 2014.

Dia 08 – Quinta-feira:

Mesa 1 (8:00 as 12:00) – Territórios tradicionais – desafios e perspectivas

Questão Fundiária – Conjuntura nacional da luta dos povos indígenas (Portaria AGU 303; PEC 215; Projeto de Lei 1.610/96 – Mineração em terras indígenas; PLP 227). Situação das terras indígenas de Mato Grosso do Sul (Terena, Guarani, Kaiowá, Kadiwéu, Kinikinau e Ofaie).

Convidados:

Dr. Emerson Kalif – Procurador da República / MPF
Articulação dos Povos indígenas do Brasil – APIB
Departamento de Proteção Territorial – FUNAI
Conselho indigenista Missionário – CIMI
Secretaria de Articulação Social da Presidência da República
Equipe Técnica Federal dos Direitos Humanos – SDH
Justiça Global

13:30 as 18:00 – debates das lideranças indígenas

20:00 hs – Apresentação cultural Guarani/Kaiowá

Dia 09 – Sexta-feira:

Mesa 2 (8:00 as 12:00) – Saúde indígena em Mato Grosso do Sul

Convidados:

Sesai e DSEI/MS
Secretaria Estadual de Saúde
Secretaria Municipal de Saúde
CONDISI

Mesa 3 (13:30 as 18:00) – Retomada da educação escolar indígena

Convidados:

Representante indígena do Conselho Nacional de Educação no MEC
Educação Superior Indígena (acadêmicos indígenas / Prolind-UFMS / Bolsa universitária);
Secretaria Estadual de Educação
Secretarias municipais de educação
Representante dos Povos do Pantanal no MEC
Representante Guarani Kaiowá no MEC

Dia 10 – Sábado:

Mesa 4 (8:00 as 12:00) – Sustentabilidade e Meio ambiente

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 63./ 2014

Brasília, 07 de abril de 2014.

Convidados:

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável – FUNAI
Ministério do Desenvolvimento Social – MDS
Ministério da Pesca – MPA
Conselho GATTI

Mesa 5 (13:30 a 18:00) – Organização do Conselho Terena

CNPI
Conselho dos Povos indígenas e sua organização
Questão Política
Documento Final

-

Realização:
HÁNAITI HO' ÚNEVO TÊRENOE
CONSELHO DO POVO TERENA

Apoio:
Conselho Aty Guasu – Guarani Kaiowá
Conselho Indigenista Missionário – CIMI
NEPPI/UCDB
Rede de Saberes/UCDB
FUNAI



Degradação do Rio Jequitinhonha sufoca comunidades e mata costumes

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.04.2014

Modo de vida dos quilombolas está ameaçado e os cânticos das lavadeiras estão desaparecendo

Mateus Parreiras – Estado de Minas

Serro – Doenças, redução da oferta de água para consumo e queda da geração elétrica são o resultado de anos de degradação das bacias hidrográficas e de uma rede de nascentes desamparada. Mas, no município do Serro, no Vale do Jequitinhonha, despejos de esgoto doméstico, comercial e detritos de matadouros nos mananciais produzem uma devastação que extrapola o prejuízo ambiental: começa a degradar a cultura de povos tradicionais, na bacia em que convivem um dos maiores bolsões de pobreza do país e expressões culturais das mais ricas e genuínas. A devastação do Jequitinhonha, cenário que inspira música, artesanato e formas de cultivo, avança em direção à cabeceira, que começa a ser castigada pouco mais de um quilômetro depois de brotar nos chapadões do cerrado mineiro, onde o rio começa sua saga de mazelas ambientais e sociais até chegar à Bahia e desaguar no mar, na altura do município de Belmonte.

O isolamento manteve praticamente intocada a nascente do Rio Jequitinhonha, no Serro, a 320 quilômetros de Belo Horizonte. Mas o córrego de águas translúcidas, que é imagem presente na cultura local, desce sem a ação nociva do homem por apenas 1.300 metros. Já nessa altura, o igarapé precisa transpor a canalização do aterro da rodovia BR-259, onde recebe resíduos carreados da via, como combustível, óleo e cargas que vazam pelas canaletas de drenagem. Passados mais 10 quilômetros, a paisagem da nascente dá lugar ao fluxo intenso de esgoto do distrito de Pedro Lessa, que é carregado pelo Córrego Acabassaco e mancha o manancial com mais poluentes.

A derrubada das matas que levavam até a área da nascente do Rio Jequitinhonha e o lançamento de esgoto, lixo e animais mortos no Córrego Acabassaco afetaram o modo de vida de quilombolas da região, como os descendentes de escravos fugidos ou alforriados do povoado do Baú, a 35 quilômetros da sede do município do Serro. Homens e mulheres da comunidade atravessavam as trilhas no mato pela nascente do Jequitinhonha para caçar, coletar frutas e ir a outros povoados. Nas margens do Acabassaco, se reuniam para lavar roupas, utensílios domésticos e obter água para beber e cozinhar.

Nos últimos anos, o mau cheiro e a imundície têm descido as corredeiras do Córrego Acabassaco com cada vez mais volume, o que afastou os quilombolas de muitas de suas atividades. “A gente se juntava para lavar roupa no rio, cantando as canções que os antigos nos ensinaram. Mas agora, se a gente usa essa água fica com dor de barriga, adoece e pega mancha na pele”, reclama uma das líderes da comunidade do Baú, a lavradora e artesã

CONT.



Clemilde da Conceição Reis Vitor, de 56 anos. "A gente só cantava quando ia para a plantação e um ajudava o outro ou na beira do rio. E isso está acabando", lamenta.

Outro problema é o êxodo impulsionado por problemas como esses. "Nossos jovens estão indo embora. Não querem ficar onde não dá para plantar e onde a gente não tem tantas opções", lamenta a artesã Vera Vicentina da Conceição Paulino, de 50. Só na casa dela seis filhos emigraram para São Paulo, atrás de mais oportunidades de vida, abandonando suas raízes. "Antigamente, a gente passava por uma estrada de terra para chegar à nascente do Rio Jequitinhonha. Hoje tem asfalto. As fazendas e a cidade estão derrubando as matas que a gente conhecia. Os pássaros que a gente via e depois bordava nas colchas e panos, os peixes que enfeitavam nossas rendas, tudo está acabando aos poucos. Como é que uma pessoa que nunca viu um pássaro vai bordar um?", indaga Vera.

Quem pede aos quilombolas para ouvir um pouco de suas canções descobre que muitos não sabem mais as letras e os ritmos, apesar de alguns se mostrarem visivelmente tímidos, o que é típico daquele povo. Para essas ocasiões, mandam chamar o agricultor Luiz de Gonzaga Costa, de 59, um dos que ainda sabem os catopês, congados e canções tradicionais do Baú, porque os canta quando há festejos nas comunidades vizinhas ou reuniões no centro comunitário construído na comunidade.

Basta que Luiz entoe os primeiros versos, de frente para a pinguela que atravessa o Córrego Acabassaco, para atrair a atenção de quem está disperso: "Minha virgem do Rosário, hoje é o vosso dia/ que iremos festejar com prazer e alegria". Outra canção, que mistura frases de origem africana a um manso sotaque caipira, faz alguns recordarem tempos passados, nas vozes de pais e avós: "No caminho do sertão/ Encontrei Mané João/ Com seu laço na garupa/ Tocando sua boiada/ Ê, kombiendi. A, kombiendá. Nangá-iangá, nocalungá/ Ê, kombiendi. A, kombiendá". Se depender do agricultor, as canções continuarão a ser transmitidas, por serem muito importantes. "Esses catopês são nossos, aqui do povoado do Baú e do Ausente. Então, não podem acabar enquanto a gente estiver aqui", disse, como quem teme que uma fonte muito importante seque de repente.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.